



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADE OSMAR DE AQUINO
CAMPUS III – GUARABIRA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

LINHA DE PESQUISA

ESPAÇO AGRÁRIO: REORGANIZAÇÃO ESPACIAL E RELAÇÕES DE TRABALHO

ROBERTO COSTA ARAÚJO

**LUTA PELA TERRA E SEGURANÇA ALIMENTAR NO ASSENTAMENTO DONA
HELENA – CRUZ DO ESPIRÍTO SANTO/PB**

**GUARABIRA/PB
2018**

ROBERTO COSTA ARAÚJO

**LUTA PELA TERRA E SEGURANÇA ALIMENTAR NO ASSENTAMENTO DONA
HELENA – CRUZ DO ESPIRÍTO SANTO/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso, na forma de monografia, apresentado a Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba Campus III-Guarabira (PB), como requisito obrigatório para obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues.

Linha de Pesquisa: Espaço Agrário: reorganização espacial e relações de trabalho.

**GUARABIRA/PB
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

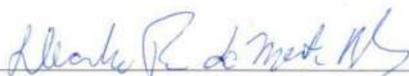
A658l Araújo, Roberto Costa.
Luta pela terra e segurança alimentar no Assentamento Dona Helena - Cruz do Espírito Santo - PB [manuscrito] / Roberto Costa Araujo. - 2018.
60 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2018.
"Orientação : Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues, Departamento de Geografia - CH."
1. Reforma agrária. 2. Segurança alimentar. 3. Assentamento. I. Título

21. ed. CDD 333.31

ROBERTO COSTA ARAÚJO

**LUTA PELA TERRA E SEGURANÇA ALIMENTAR NO ASSENTAMENTO DONA
HELENA – CRUZ DO ESPIRÍTO SANTO/PB**

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues
Doutor em Geografia pela UFRN
(Orientador)



Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto (UEPB)
Doutor em Sociologia pela UFCG
(Examinadora)



Prof. Ms. Thiago Leite Brandão de Queiroz (UEPB)
Mestre em Geografia pela UFPB
(Examinador)

Aprovado em 30/11/2018

GUARABIRA/PB
2018

Dedico este trabalho aos 30 anos da CPT -
Nordeste II e minha REJANE, esposa, e
filhos Joanderson, João Pedro e Elizabete.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom, por ter sido minha fonte de inspiração e discernimento para cumprir essa jornada acadêmica.

Quero agradecer aos meus pais, Antônio Araújo e Maria José Costa Araújo, in memória, por terem sido meus pontos de exemplo ao longo da vida.

À Rejane, minha esposa, pelo apoio e incentivo a conclusão do curso e a meus filhos Joanderson, João Pedro e Elizabete.

À PT (Comissão Pastoral da Terra) - NE II, nos seus 30 anos de fidelidade aos empobrecidos do campo, sempre prezando pela finalidade da reforma agrária e da justiça social.

Agradeço a todos/as trabalhadores/as rurais assentados em dona Helena especial a Sr. José Antônio do Nascimento, o qual inspirou o tema de estudo e ao conjunto dos participantes desta pesquisa por ter dedicado certo tempo, ajudando-nos nessa empreitada acadêmica.

Agradeço ao professor Leandro Paiva, meu orientador, por ter me dado conselhos, orientações e sugestões que tiveram enorme impacto positivo sobre este Trabalho de Conclusão de Curso.

Agradeço a Fabio Dantas, coordenador do curso de Geografia da UEPB, campus Guarabira, sendo este uma importante referência de professor e de pessoa, que levarei seu exemplo para o espaço da educação.

À minha primeira diretora escolar, Maria de Lourdes Gomes de Meireles, mulher exemplar nas tarefas educacionais.

Ao professor José Dantas Soares, companheiro de atividade docente, na disciplina de geografia.

Ao curso de geografia e a Universidade Estadual da Paraíba, campus Guarabira, por ter me acolhido e por ter desfrutado do conhecimento que se proporcionou.

Contra as ideias da força, a força das ideias!

(Florestan Fernandes)

043. CURSO LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

NOME: ROBERTO COSTA ARAÚJO

TÍTULO: LUTA PELA TERRA E SEGURANÇA ALIMENTAR NO ASSENTAMENTO DONA HELENA – CRUZ DO ESPIRÍTO SANTO/PB

LINHA DE PESQUISA: ESPAÇO AGRÁRIO: REORGANIZAÇÃO ESPACIAL E RELAÇÕES DE TRABALHO.

ORIENTADOR: PROF. DR. LEANDRO PAIVA DO MONTE RODRIGUES

BANCA EXAMINADORA:

PROF. DR. BELARMINO MARIANO NETO (UEPB)

PROF. MS. THIAGO LEITE BRANDÃO DE QUEIROZ (UEPB)

RESUMO

Analisar a importância da produção de autoconsumo e os níveis de Segurança Alimentar encontrados na realidade do Assentamento Dona Helena, correlacionando-os com as variáveis sócio-demográficas presentes nas famílias entrevistadas foi o objetivo da presente pesquisa, a qual foi metodologicamente desenvolvida com base na análise bibliográfica e pesquisa de campo, mais precisamente com aplicação de trinta questionários com os camponeses residentes no respectivo estabelecimento rural. Entender a construção territorial do assentamento Dona Helena, localizado na zona rural do município de Cruz do Espírito Santo, requer que se dê notoriedade à expropriação camponesa enquanto período pré-assentamento, pois mostra muitas variáveis explicativas de ordem geográfica. Através das informações apresentadas no questionário acerca da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), notou-se que não é unânime os índices de segurança e insegurança alimentar dentro da área rural pesquisada. Entretanto, é válido destacar que a produção de autoconsumo realizada pelas famílias entrevistadas nesse assentamento foi percentualmente na maior parte dos entrevistados, o que traz elementos que permitiram pensar a contradição dentro da realidade camponesa local, onde há um crescente investimento no agronegócio (canavieiro), todavia, as políticas para o desenvolvimento da agricultura familiar são baixas.

Palavras-chave: Reforma Agrária. Soberania alimentar. Assentamento.

043. CURSO LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

NOME: ROBERTO COSTA ARAÚJO

TÍTULO: LUTA PELA TERRA E SEGURANÇA ALIMENTAR NO ASSENTAMENTO DONA HELENA – CRUZ DO ESPIRÍTO SANTO/PB

LINHA DE PESQUISA: ESPAÇO AGRÁRIO: REORGANIZAÇÃO ESPACIAL E RELAÇÕES DE TRABALHO.

ORIENTADOR: PROF. DR. LEANDRO PAIVA DO MONTE RODRIGUES

BANCA EXAMINADORA:

PROF. DR. BELARMINO MARIANO NETO (UEPB)

PROF. MS. THIAGO LEITE BRANDÃO DE QUEIROZ (UEPB)

ABSTRACT

Analyze the importance of the production of self-consumption and the levels of Food Security found in the reality of the Dona Helena Settlement, correlating them with the socio-demographic variables present in the families interviewed was the objective of the present research, which was methodologically developed based on the analysis bibliographical and field research, more precisely with the application of thirty questionnaires with the peasants residing in the respective rural establishment. Understanding the territorial construction of the Dona Helena settlement, located in the rural area of the municipality of Cruz do Espírito Santo, requires that the peasantry expropriation be made known as a pre-settlement period, since it shows many explanatory variables of a geographical order. Through the information presented in the questionnaire about the Brazilian Food Security Scale (EBIA), it was noted that the safety and food insecurity indexes within the rural area are not unanimous. However, it is worth mentioning that the production of self-consumption carried out by the families interviewed in this settlement was in percentage of the majority of the interviewees, which leads to a contradiction within the local peasant situation, where there is a growing investment in agribusiness (sugarcane). however, policies for the development of family farming are low.

Key words: Agrarian Reform. Food sovereignty. Settlement.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: idade dos assentados entrevistados por classificação etária e percentual	34
Gráfico 2: Tipo de condição de trabalho na agricultura, por percentual	35

LISTA DE MAPA

Mapa 1: Localização do Assentamento dona Helena – Cruz do Espírito Santo-PB	24
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: população infanto-juvenil do município de Cruz do Espírito Santo – PB	15
tabela 2: Média de rendimento salarial por percentual da população em Cruz do E. Santo	16
Tabela 3: Modalidade de ensino cursada por percentual	36
Tabela 4: benfeitorias realizadas nos lotes conforme declarações dos assentados	38
Tabela 5: colocação dos itens de cultura agrícola por importância, em percentual	40
Tabela 6: compreensão dos assentados sobre o significado de “segurança alimentar”	43
Tabela 7: Dificuldade para manter alimentação nos últimos três meses de 2018.....	47
Tabela 8: critérios de avaliação da importância da produção para alimentação familiar	48

LISTA DE QUADRO

Quadro 1: colocações dos entrevistados sobre o significado que a terra tem....	39
---	----

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Plantação de Macaxeira do Assentamento Dona Helena	41
Imagem 2: Terra arada para o plantio no Assentamento Dona Helena	41
Imagem 3: Criação de gado no Assentamento Dona Helena	42
Imagem 4: Plantação de Feijão no Assentamento Dona Helena	44
Imagem 5: Assentados vendendo produção na feira	44

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CH – Centro de Humanidades
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DG – Departamento de Geografia
EBIA - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH – Índice do Desenvolvimento Humano
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR - Imposto Territorial Rural
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
PB – Paraíba
PROÁLCOOL - Programa Nacional do Alcool
PRONAGER - Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda
UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 ASPECTOS HISTÓRICOS, DEMOGRÁFICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO – PB	14
2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS	14
2.2 A REALIDADE SÓCIO-TERRITORIAL DA POPULAÇÃO ESPÍRITO- SANTENSE	15
2.3 PIB, PIB PER CAPITA E O LATIFÚNDIO CANAVIEIRO	20
3 A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO ASSENTAMENTO DONA HELENA	23
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS ASSENTADOS DO ASSENTAMENTO DONA HELENA	34
4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS	34
4.2 CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE PRODUTIVA	37
4.3 ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO	40
4.4 SEGURANÇA ALIMENTAR.....	43
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	52
ANEXO	56

1 INTRODUÇÃO

A problemática que envolve o tema da segurança alimentar (quantidade e qualidade de alimentos ingeridos ao longo de tempo) estão fortemente relacionados aos problemas específicos de insegurança alimentar (acesso), mostrando-se como seu ponto contrário. A abordagem deste tema (segurança e insegurança alimentar) viabiliza a compreensão do crescimento da capacidade de produção de alimentos no mesmo sentido que cresceu também a dificuldade de um número significativo de pessoas e grupos sociais de obterem os alimentos (VARELA, 2003).

Se observarmos de forma mais detida para o espaço agrário, nota-se que a concentração da terra é uma das causas que produz a pobreza rural, haja vista que ela também concentra renda e poder político. Entendemos que a concentração de terra não permite ou inibe que as pessoas assegurem seu bem estar por não estarem em algo que é seu (terra). A superação de cada um destes problemas exige, por sua vez, a implementação de um conjunto distinto de políticas públicas por parte dos governos (ROMEIRO, 1994).

A pergunta que traduz o debate da problemática que direcionará nossa análise sobre a importância e a relação da produção de autoconsumo e os níveis de segurança alimentar na literatura produzida e selecionada para esta pesquisa se expressa da seguinte forma: a produção de alimentos no Assentamento Dona Helena garante a Segurança Alimentar dos trabalhadores rurais assentados nesta comunidade rural?

Dentro desta realidade, podemos dizer que os assentamentos apresentam um importante papel no espaço rural brasileiro por conta da ajuda social e econômica para resolver o problema da pobreza rural, pois propicia a geração de emprego, a diminuição do êxodo rural, o aumento na oferta de alimentos, uma maior produção agropecuária diversificada e a elevação do nível de renda o que tem resultado positivo na qualidade de vida dos trabalhadores rurais. Dentro deste resumido cenário de debate, a pergunta que expressa a problemática posta é: o que é produzido de alimento no Assentamento Dona Helena?

Confrontar os índices de segurança e insegurança alimentar com a presença, ou não, da produção de autoconsumo nesse assentamento nos faz entrar num cenário social que sinaliza que a produção para autoconsumo diz respeito a uma prática tradicional nas unidades familiares de produção. Trata-se da produção de alimentos realizada pela família cujos produtos e o destinado ao seu próprio consumo (MALUF, 2007).

Recentemente a produção para autoconsumo vem sendo resgatada e fortalecida pelos formuladores de políticas públicas, mediadores sociais e pelas próprias unidades familiares em

virtude dos múltiplos papéis que desempenha na agricultura familiar, dentre os quais se sobressaem à questão da segurança alimentar e a oferta de alimentos saudáveis.

Observar a importância da produção de autoconsumo e os níveis de Segurança Alimentar encontrados na realidade do Assentamento Dona Helena, correlacionando-os com as variáveis sociodemográficas presentes nas famílias entrevistadas (MALUF, 2007). Sendo assim, cabe a seguinte indagação que sintetiza o problema posto: como se configuram os agricultores do Assentamento Dona Helena a partir da relação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)?

Frente ao debate que envolve a nossa problemática, o objetivo geral da pesquisa foi analisar a importância da produção de alimentos para autoconsumo e os níveis de segurança alimentar presente nas famílias de trabalhadores rurais assentadas no Assentamento Dona Helena em Cruz do Espírito Santo/Paraíba.

Quanto aos objetivos específicos, tem-se: i) estudar o perfil histórico, demográfico e econômico de Cruz do Espírito Santo – PB como forma de situar nosso objeto de estudo; ii) Identificar quais são as principais culturas agrícolas produzidas para autoconsumo pelos trabalhadores residentes do Assentamento Dona Helena; iii) classificar os índices de segurança e insegurança alimentar (subdividida em leve, moderada e severa) segundo a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) de acordo com a produção de autoconsumo realizada pelas famílias entrevistadas nesse assentamento localizado na zona rural de Cruz do Espírito Santo – PB.

A pesquisa justifica-se através da baixa quantidade de material científico que trate sobre a produção de alimentos dentro do assentamento Dona Helena, de um lado, e para fortalecer a compreensão do material bibliográfico que se tem sobre o respectivo assentamento rural.

A pesquisa partiu de procedimento do tipo quali-quantitativa norteou, metodologicamente, o modo de análise sobre a temática “Luta pela terra e segurança alimentar no Assentamento Dona Helena”. Através dela se conduziu os aspectos teóricos e empíricos que explicam o contexto no qual encontra-se a comunidade rural em questão.

Portanto, a utilização desses dois tipos de pesquisa de forma consorciada permitiu fazer a comparação e análise dos dados obtidos por meio das abordagens quantitativas e qualitativas. Essa interligação deu real capacidade de demonstrar as respostas mais cabíveis as questões de pesquisa, supracitadas no início do texto.

A pesquisa foi de cunho exploratória explicativa, buscando-se uma análise concisa a partir do estudo de caso. O caráter exploratório serve de modo profícuo porque tem como finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema abordado. Por sua vez, ela

contemplou levantamento bibliográfico; entrevistas com assentados de reforma agrária que residem na respectiva comunidade rural. A mesma se adequou dentro da projeção metodológica de pesquisa bibliográfica e estudo de caso.

Quanto a pesquisa explicativa, esta demarca-se pela preocupação em identificar os elementos sociais, por exemplo, que determinam ou que contribuem para a acontecimento dos fenômenos que produzem a dinamicidade do objeto, ou seja, ela explica o porquê das coisas a partir dos resultados oferecidos

Com aporte procedimental na pesquisa bibliográfica, estabeleceu a produção deste trabalho, aonde se entrecruzou o material elaborado que se alinha teoricamente com a nossa problematização e os dados primários obtidos através das informações colhidas em entrevistas com os assentados.

A Pesquisa bibliográfica foi realizada por meio do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas em meios eletrônicos, como, por exemplo, livros, artigos científicos, páginas de web sites. Além do mais, qualquer trabalho científico tem seu ponto de partida com uma pesquisa bibliográfica, pois possibilita ao pesquisador compreender o que já se estudou sobre o assunto.

Aplicou-se questionário estruturado com 30 pessoas (chefe de família), haja vista que é a demarcação dos sujeitos que compõe a realidade empírica da nossa pesquisa, sendo bastante representativo para compreendermos qualitativa e quantitativamente a realidade camponesa daquele local, considerando que Assentamento existem 98 famílias.

O público pesquisado foram os camponeses residentes no Assentamento Dona Helena, sendo esta a margem de amostra que serviu para fazer o nosso estudo de caso. Para saber quais famílias seriam entrevistadas, foi realizado um sorteio da lista de agricultores pertencentes a esta localidade, conforme dados cedidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Quanto à estrutura da pesquisa, está se dispôs da seguinte forma: introdução; segundo capítulo abordou a geografia histórica da formação e contexto de Cruz do Espírito Santo – PB; no terceiro, abordou-se a formação territorial do Assentamento Dona Helena. No quarto, se fez a apresentação e análise das entrevistas realizadas com os camponeses do Assentamento Dona Helena; por fim, foram as considerações finais.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS, DEMOGRÁFICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO – PB

2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS

Através dos seus relatos históricos que Cruz do Espírito Santo é um dos municípios mais antigos da Paraíba, aonde suas terras foram habitadas pelos índios Tabajaras antes da conquista pelos portugueses, fazendo com se implantassem engenhos e iniciassem o plantio de grandes canaviais (GONÇALVES, 2007).

O marco histórico que dá início ao processo de formação territorial do município de Cruz do Espírito Santo – PB data de 1600, quando foi construído o Engenho Espírito Santo, localizado à margem direita do Rio Paraíba, nas proximidades de onde hoje está situado o núcleo urbano do município mencionado (MELLO, 2002).

Cabe mencionar que este engenho era de propriedade do capitão Manoel Pires Correia, o qual devido a invasão holandesa na Paraíba teve que largar suas propriedades para não ser preso ou morto. Na linha de sucessão da propriedade citada, o referido engenho para o domínio de Joan Van Olen, que o vendeu posteriormente a Mense Francen Aurenhaut, seu compatriota (holandês), ficando este último estabelecido até a expulsão, em 1654 (GONÇALVES, 2007).

Depois da retirada dos invasores, o engenho foi obtido pela família Rego Barros e ao longo do tempo passou para família Ribeiro Coutinho, que edificaram a usina Espírito Santo, posteriormente desativada, mas suas terras anexadas às Usinas São João e Santa Helena (MELLO, 2002).

É válido destacar que na época o povoado pertencia ao município de Pilar e desmembrou-se a partir da lei estadual nº 40 de 7 de março de 1896, tal qual deu a categoria de município a Espírito Santo, que também passou a comportar a sede do município de Pedras de Fogo, extinto pela mesma Lei estadual nº 125 de 7 de novembro de 1896 (OLIVEIRA, 2002).

Porém, em 1914 uma grande enchente do Rio Paraíba fez com que a sede do município passasse para o município de Sapé, permanecendo até 1935, quando o Coronel José Francisco de Paula Cavalcanti, na ocasião deputado estadual, conseguiu que Cruz do Espírito Santo fosse restabelecido no local de origem (LINS, 2006).

As boas terras da várzea do Paraíba fizeram surgir inúmeros engenhos na região, instalando-se por ali parte da aristocracia rural paraibanos do século passado. Destacamos: engenho Pau D' Arco do Cr. Aprígio dos Anjos, Tabocas do Dr. José Fernandes de Carvalho, Saboeiro do Dr. César Cartaxo, Calabouço de Joaquim Martins de Carvalho, Santo Antonio de

Dr. Joaquim Moreira Lima, Munguengue do Coronel Alípio Ferreira Baltar, Puchi do Coronel Francisco Ignácio Pereira Castro, Sant' Ana do Coronel José Francisco de Paula Cavalcante, Maranhão de Antonio do Rego Barros, Una do Dr. João Úrsulo Ribeiro Coutinho e muitos outros (OLIVEIRA, 2002).

Estes engenhos foram sendo absorvidos progressivamente pelas usinas. As casas-grandes foram se esvaziada, suas capelas sendo destruída pelo tempo e descaso. Hoje restam algumas, em ruínas outras foram recuperadas a da Batalha e a de Santo Antonio e Santa Luzia (LINS, 2006).

A capela da Batalha, construída após a expulsão dos holandeses (1654) para relembrar uma árdua batalha ali travada e expressar os agradecimentos a Nossa senhora pela vitória alcançada (LINS, 2006).

2.2 A REALIDADE SÓCIO-TERRITORIAL DA POPULAÇÃO ESPÍRITO-SANTENSE

Com uma população de 17.366 habitantes, de acordo com a estimativa realizada para o ano de 2018 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pôde-se observar que se teve um crescimento populacional bastante tímido, quando comparado com a população do último senso demográfico de Cruz do Espírito Santo – PB, 16.257.

Foi um crescimento populacional tímido, de apenas 1009 pessoas num período de 8 anos, representando menos de 7% de crescimento demográfico num período considerado de médio prazo.

De acordo com a sua pirâmide etária, nota-se a forte presença de crianças, adolescentes, jovens, sendo, portanto, a porção majoritária na composição demográfica municipal, conforme a tabela 1.

Tabela 1: população infanto-juvenil do município de Cruz do Espírito Santo – PB

Classificação etária	Masculino	Feminino	Total	%
De 0 a 4 anos	722	683	1.405	8,09
De 5 a 9 anos	823	801	1.624	9,35
De 10 a 14 anos	877	877	1.754	10,1
De 15 a 19 anos	810	768	1.578	9,08
De 20 a 24 anos	710	733	1.443	8,30
De 25 a 29	709	728	1.437	8,27
TOTAL	4651	4590	9.241	53,19

Fonte: IBGE, 2018.

Concernente à População Economicamente Ativa, com vínculo empregatício formal, verificou-se que 1.252 pessoas encontravam-se nesta situação, representando um percentual de 7,2% da demografia espírito-santense, o que expõe um contingente muito reduzido trabalhando de modo formal.

Entrando nos detalhes da realidade demográfica e econômica de Cruz do Espírito Santo – PB, podemos trazer a tabela 2 que traduz a realidade municipal:

tabela 2: Média de rendimento salarial por percentual da população em Cruz do E. Santo

Ano	Rendimento salarial	Percentual populacional	Quantidade de pessoas	Posição estadual de acordo com o rendimento salarial
2016	Até 440 reais	52,3%	8.502	69º lugar

Fonte: IBGE, 2018.

Os dados referentes ao desempenho da renda per capita do município de Cruz do Espírito Santo – PB reproduz um retrato socioeconômico que acontece a nível brasileiro, aonde:

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou que metade dos brasileiros tem renda menor que um salário mínimo. Segundo dados levantados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), em 2016, o rendimento médio dos 50% que recebiam os piores salários ficou em apenas R\$ 747, abaixo dos R\$ 880 estipulados como salário mínimo naquele ano (IBGE, 2017, p. 3).

O rendimento salarial de mais da metade da população espírito-santense traz a tona o quadro de pobreza profunda, isto porque os próprios fatos revelam que o poder de compra e de consumo são muito reduzidos, uma vez que estão limitados a meio salário mínimo, fazendo com que se busque outras formas de crescer esse rendimento.

Quando a distribuição da população por espaço geográfico, zona rural e zona urbana, apresenta-se que a população rural contem 54% e a urbana com 46% isso ilustra essa tabulação da realidade quantitativa do município em debate, mostrando as especificidades que norteiam a realidade econômica, social e geográfica em âmbito municipal.

Essa configuração geográfica em termos percentuais apresentado no gráfico revela bastante coisa acerca da configuração sócio territorial em Cruz do Espírito Santo – PB, aonde se faz preciso adentrar cada vez de modo mais profundo na análise para que tenhamos convicção e comprovação do que estamos discutindo.

Deste modo, é bom ressaltarmos que os impactos do capital sucroalcooleiro (que representa a produção canavieira e a atividade industrial para fabricação do açúcar e do álcool) historicamente foram fortes no território municipal, sendo um dos pilares da sua própria formação.

Secularmente, um dos resultados socioeconômico mais evidentes e que se reproduz devido a atividade monocultora em larga escala (causa) diz respeito ao subdesenvolvimento enquanto característica marcante da população municipal, como será resumidamente evidenciada adiante.

A análise quali-quantitativa do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – é um dos procedimentos metodológicos que nos faz compreender a realidade do município de Cruz do Espírito Santo na sua atualidade, demonstrando, certa medida, os traços do seu subdesenvolvimento.

Porém, num primeiro momento é bom apresentar a conceituação deste indicador estatístico-social:

O IDH foi criado originalmente para medir o nível de desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). O índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0,499 tem desenvolvimento humano considerado baixo; os países com índice de 0,500 e 0,799 tem desenvolvimento humano considerado médio; países com IDH maior que 0,800 tem desenvolvimento humano considerado alto (FOLHA ONLINE, 2002,p.1).

Mesmo sabendo que este indicador estatístico-social por si só não dá conta de representar a realidade concreta em todos os sentidos, mesmo assim ele apresenta o quanto o seu desempenho está ligado ao estágio em que se encontra social e economicamente a população e sua reprodução no espaço, que aplicado ao município em questão, ele traz elementos importantes para compreender como os espírito-santenses se reproduzem no espaço municipal, dividido em sua parte agrária e urbana.

E se o IDH consegue minimamente expressar em termos quantitativos a realidade histórica posta, veremos que os níveis ao qual ele alcança são os mais diversos no território nacional, por exemplo, configurando o quadro da desigualdade entre as regiões brasileiras, parâmetro estruturante na formação sócioespacial do país e que tem apresentado constância na dinâmica das desigualdades inter-regionais e interestaduais, isto por que:

A manutenção das desigualdades regionais se reflete principalmente na comparação de indicadores sociais. O Ipea cita, por exemplo, que a taxa de mortalidade infantil no Nordeste ainda é o dobro da registrada no estados da

Região Sul e o acesso à educação também é desigual. No Nordeste, uma em cada seis crianças entre 7 e 14 anos não sabe ler e escrever. No Sul, apenas uma em cada 28 está nessa situação, compara o texto. De acordo com o instituto, as desigualdades regionais, no entanto, fazem parte da trajetória de desenvolvimento das economias nacionais e não são exclusivas do Brasil (A TARDE ONLINE, 2010,p.1).

As desigualdades regionais não são um produto histórico exclusivo da nação brasileira, como afirma a citação. Porém, o fato que merece ser destacado na alusão acima é que tais desigualdades regionais acentuam ainda mais o nível de exploração do capitalismo sobre a força de trabalho neste início de milênio. A partir da realidade histórica que se apresenta territorialmente no município foco de análise, observa-se os aspectos conceituais dentro de uma realidade local, isto é, municipal.

Deste modo, alcançando um índice de 0,547, o município de Cruz do Espírito Santo chegou ao novo milênio na posição de 199 no IDH estadual. Isto, a nosso ver, expressa uma posição lastimável para um município que tem mais de um século de “emancipação política”, ou seja, que tem mais de um século de legitimidade politico-administrativa dentro da unidade federativa da Paraíba.

Este índice dá margens para justificarmos o atrelamento entre o latifúndio canavieiro, que secularmente se reproduz a fim de atender a demanda da agricultura monocultora em larga escala para exportação, e a pobreza social, que se espalha por todo território municipal: zona urbana e zona rural. O quadro sócio-territorial do respectivo município pode ser explicado teoricamente de semelhante modo:

À velha pobreza alicerçada na concentração fundiária e no pequeno aproveitamento dos recursos produtivos, se somam as pobrezas modernas, resultantes do binômio industrialização-urbanização, das novas técnicas de produção e das configurações espaciais que engendraram, bem como das distintas estratégias de concentração de riquezas que foram se desenvolvendo, que incluem mecanismos tributários, financeiros, entre outros, muitos dos quais operados direta ou indiretamente pelo Estado. É neste contexto, sob a hegemonia econômica e ideológica do neoliberalismo, que as políticas de combate à pobreza adquirem uma nova roupagem discursiva: a do desenvolvimento humano (CAMPOS, 2011, p. 61).

Indubitavelmente, “a velha pobreza” é um componente conceitual de bastante centralidade para entender a realidade sob a qual a população espírito-santense se reproduz nos dias atuais. No que concerne a “pobreza moderna”, está só pode ser compreendida dentro do espaço geográfico espírito-santense através do seu contraponto mais elementar: o complexo desenvolvimento ao qual se encontra o capital sucroalcooleiro, que atualmente já está inserido na esfera financeira do capitalismo globalizado.

Do ponto de vista econômico, podemos dizer que é muito restrita e precária as fontes de geração de renda em Cruz do Espírito Santo, tais quais reduzem-se ao comércio informal de pequeno porte (que se alastra rapidamente), ao serviço público (que aglutina um número exorbitante de pessoas) e agricultura familiar, que, talvez, seja a “válvula de escape” para a população de modo geral e tanto de forma direta quanto indireta.

Mesmo que a agricultura familiar tenha tido papel significativo na dinâmica econômica municipal, a condição precária na qual se encontra a mesma, não vem proporcionando melhorias na “estrutura econômica” do município. O relatório do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (2012, p.10), sintetiza com bastante assertividade a realidade econômica municipal:

Com relação às fontes de geração de renda, uma boa parte de famílias depende do salário de trabalhadores assalariados na produção canavieira em usinas localizadas em outros municípios, enquanto ainda é precária a renda procedente da Agricultura Familiar.

O número de trabalhadores do corte da cana é muito expressivo dentro da População Economicamente Ativa espírito-santense. Com base nos dados do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município no ano de 2018, fomos informados que esta fonte de geração de renda abarcava 550 pessoas, dentro de um quadro demográfico de 16 317 habitantes.

Se estendermos essa renda a famílias dos trabalhadores do corte da cana – fazendo uma hipótese de que cada cortador tenha uma família composta por mais três pessoas –, o raio de inserção demográfica da renda oriunda desse setor passaria a abarcar aproximadamente 2.200, quase 20% da população municipal.

O índice de pobreza e o Programa Bolsa Família são indicadores estatístico-sociais importantes para a caracterizarmos a realidade do município em discussão. Segundo o relatório do CMDCA (Conselho Municipal de Direito da Criança e Adolescente), o índice da pobreza municipal atinge 60,06% da população. Porém, esta quantidade não dá margem para supor que os 38,04% estão acima da linha de pobreza.

Pelo contrário, subentende-se desses dados, que grande parte desse contingente (25%) não incluso nesse índice apontando pelo respectivo relatório está abaixo da linha de pobreza. Este fato pode ser ratificado através do Programa Bolsa Família, o qual abarca 3.691 famílias. Se cada família beneficiada por este programa do governo federal for composta por três pessoas – o que é um número irrisório –, o contingente demográfico alcançaria 11.073 pessoas, num universo de 16.257 habitantes.

2.3 PIB, PIB PER CAPITA E O LATIFÚNDIO CANAVIEIRO

A atividade monocultora canavieira, intercalada a concentração da grande propriedade da terra nas “mãos” de pouquíssimas famílias, teve papel decisivo para a pobreza social em que se encontra a população espírito-santense. Nada mais constatável para representar essa contradição do que a riqueza comercializada na forma de álcool e açúcar e a pobreza territorializada, aonde, portanto, esses dois parâmetros econômico são sustentáculos histórico de sua formação social.

O Produto Interno Bruto (PIB) do município de Cruz do Espírito Santo – PB chega a ser “irrisório”, quando comparado a quantidade monetária que vem da produção canavieira colhida em seu território.

Em nossa interpretação, este é um indicativo de alta relevância para compreendermos “o terreno real da história” do respectivo município, tendo como premissa material de análise o capital sucroalcooleiro e o nível econômico em que se encontra a sua população. O âmbito da circulação é o eixo central da acumulação de capital no capitalismo periférico. Ela determina a dinâmica da produção material, acarretando, grosso modo, numa maior exploração da força de trabalho, isto por que:

Na economia exportadora latino-americana, as coisas se dão de outra maneira. Como a circulação se separa da produção e se realiza basicamente no âmbito do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais-valia (MARINI,1973, p.52 apud GANDÁSSEGUI, 2009, p273-274).

Reduzindo a escala de análise na qual a citação exposta foi elaborada, ou seja, tentando compreendê-la na realidade concreta de Cruz do Espírito Santo, podemos vislumbrar que os “sintomas” da debilidade econômica municipal se traduz na nula participação das exportações do setor sucroalcooleiro na formação do seu PIB anual, contribuindo, grosso modo, no agravamento da pobreza da população municipal¹.

Essa não influencia, configura um profundo descompasso territorial, aonde as “mazelas” dessa contradição se territorializam nos municípios canavieiros paraibanos, sobretudo nos municípios de pequeno porte, como é o caso de Cruz do Espírito Santo, e o grosso da riqueza produzida se efetiva em parâmetros econômicos externos, ratificando o nóculo central da “contradição-antagônica” do capitalismo agrário sobre o território municipal.

¹ Quando nos referimos a população, queremos, com isso, aglutinar todas as pessoas que habitam o município, tendo os trabalhadores seu papel relevante na estrutura social, mas que eles por si só não dão conta de representar este conjunto, devido ao número de desempregados, aposentados, número alarmante no respectivo município.

Por exemplo, entre 2003 a 2008, o Produto Interno Bruto municipal somou um total de R\$349.693.000 – a média anual foi de R\$55.000.00. Se compararmos o valor total somado do PIB na primeira década do século XXI com um ano de safra colhida em seu território, veremos que a margem de diferença é “astronômica”².

Essa diferença “astronômica” pode ser percebida na fisionomia da paisagem, como, por exemplo, nas condições de moradia da população, nas condições econômicas da reprodução da classe trabalhadora municipal. A dimensão dessa disparidade pode também ser observada através do relatório do CMDCA (2012, p.9), aonde Cruz do Espírito Santo:

(...) é caracterizado como de *grande pobreza*, entendendo isso na base da presença de grande número de famílias de baixa renda e não por uma escassa produção de riqueza, sendo o território caracterizado por extensas áreas de cana de açúcar exploradas por usinas e engenhos cuja riqueza, porém não é diretamente ou de forma equa distribuída no território.

A pobreza social é uma descrição empiricamente marcante da população municipal e que, portanto, tem na atividade canavieira um dos pontos explicativos da sua formação territorial. Com a secular atividade monocultora da cana-de-açúcar, entendemos que o capital sucroalcooleiro explora o território municipal e determina significativamente a debilidade da sua estrutura social.

O PIB per capita municipal está muito abaixo da média estadual³. Esse descompasso entre o município e o estado, no que se refere a este indicador estatístico-social, teria vários modos para discorrer a análise para que se explicasse o problema. Porém, a vertente de análise mais central remete-se a produção canavieira, uma vez que esse setor tem nele a gênese da formação territorial do município.

Portanto, o cultivo em larga escala da cana-de-açúcar – e os rendimentos que advém de sua colheita – tem papel factual sobre as condições em que se encontra a população municipal neste início de milênio, uma vez que inexistente política fiscal que faça, ao menos, ser cumprido o Imposto Territorial Rural (ITR) e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos monoprodutos sucroalcooleiros, o que agrava substancialmente o quadro de debilidade econômico-territorial.

Compreende-se que a situação atual da economia territorial de Cruz do Espírito Santo cresceu irrisoriamente, quando comparamos o quadro econômico atual com o de conjunturas econômicas de âmbito interno que lhe antecederam. Porém, esse crescimento não se traduz,

²Por exemplo, a safra de 2004: 22.400.000.000 reais (IBGE, 2018).

³Por exemplo, um paraibano – que não é habitante do município – consome dezenove reais diariamente da sua renda, enquanto um habitante espírito-santense destina dez reais da sua renda per capita para ser gasto diariamente (IBGE, 2018).

pelo menos, numa compatibilidade de melhorias das condições de vida da população municipal com as dos demais municípios da mesorregião em que se localiza.

Pelo contrário, tanto empírica como teoricamente, os indícios de alta fragilidade social para o conjunto da população municipal expressam o quanto foi fraco seu crescimento econômico. Podemos dizer que foi fraco o seu crescimento porque o estado social em que se encontra o atual contexto histórico de Cruz do Espírito Santo caracteriza-se mediante: a) a economia deste território não conseguiu galgar avanços nos índices estatístico-sociais, tais como IDH, PIB, renda per capita, educação, habitação e infraestrutura; b) por que o déficit social e econômico está atrelado a problemas históricos, no que concerne a burocracia, a política, a jurisprudência, e, sobretudo, a estrutura fundiária altamente concentrada; c) por conta da manutenção de um comércio retrogrado, débil e que se perpetua na incipiência; d) por falta de um complexo produtivo-industrial capaz de dinamizar com a economia canavieira, tendo apenas a agricultura familiar para dar conta dessa dinamização e o setor de serviços como o “cano de escape” do atual estágio da economia municipal.

3 A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO ASSENTAMENTO DONA HELENA

Entender a construção territorial do assentamento Dona Helena no município de Cruz do Espírito Santo requer que se dê notoriedade à apropriação da propriedade da terra, mais especificamente à expropriação camponesa enquanto período anterior do assentamento, uma vez que nos faz conhecer a profundidade do problema agrário local, estadual e nacional, pois mostra muitas variáveis explicativas, tais como a consequência do processo de industrialização da agricultura que levou ao desaparecimento das áreas de cultivo agrícola, como, por exemplo, milho, feijão, batata, macaxeira, por conta da expansão da monocultura da cana-de-açúcar, a fim de atender as demandas da agroindústria sucroalcooleira estadual.

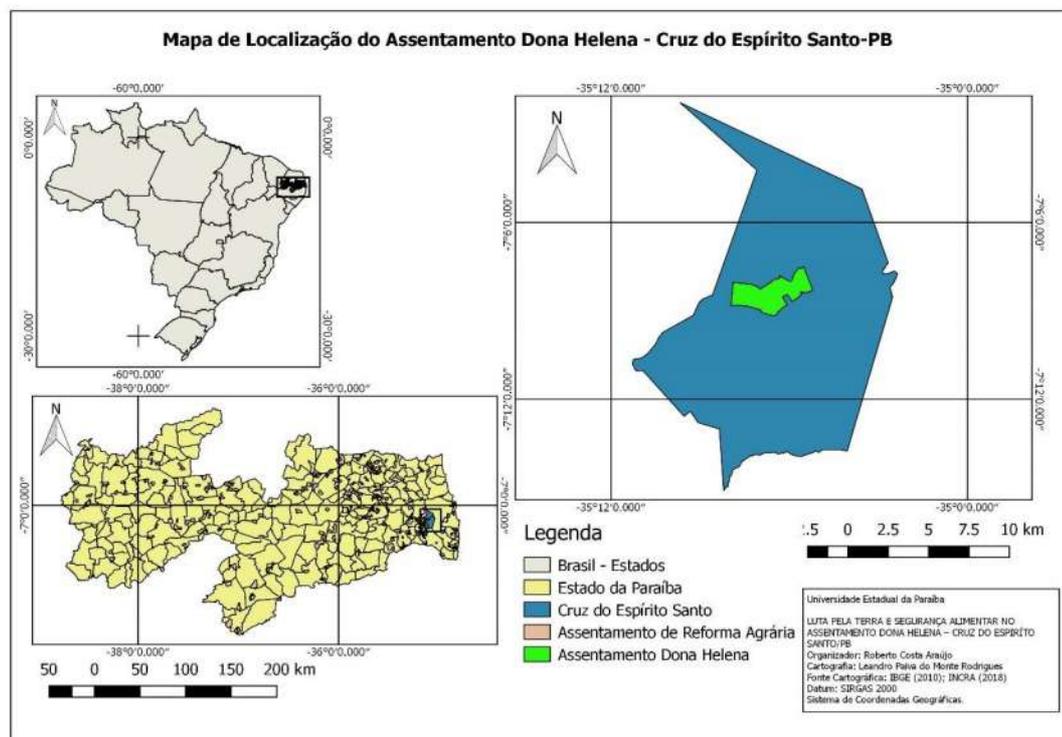
Dentro deste cenário de profundos conflitos agrários e expansão da atividade canavieira sobre o território ao ponto de ter de promover enquanto contraponto o êxodo rural, damos destaque ao nível de relevância de agentes sócio-políticos que mediarão a luta pela terra na Zona da Mata Paraibana⁴, como, por exemplo, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), organização que sem a qual parte dessa luta não teria sido viável e, também, não terá tido resultados expressivos no campo da reforma agrária paraibana.

Percebe-se o quanto foi e ainda é expressiva para a trajetória de luta dos camponeses, posseiros, foreiros e moradores residentes no imóvel Fazenda Engenho Novo a ação política de desapropriação dessa propriedade rural para fins de reforma agrária, uma vez que elevou as condições de vida tanto a população que residia na localidade, quanto para as que vieram residir no período de acampamento.

Consegue-se notar que essa luta desde o processo de desterritorialização da Fazenda Engenho Novo à territorialização camponesa a partir da formação do Assentamento Dona Helena, apresentou mudanças importantes que aconteceram nesta comunidade rural.

A propriedade rural que deu origem ao Assentamento Dona Helena era de famílias distintas, dentre as quais podemos dizer que a família Ursulino Fernandes Ribeiro tinha parte importante da mesma (mapa 1). Por conta da morte deste dono e a exemplo de muitas outras famílias que detinham menores áreas, todos venderam suas terras a Renato Ribeiro Coutinho, este que era influente latifundiário da região da Várzea do Rio Paraíba no início da década de 1950 do século XX (DI LORENZO, 2007).

⁴ Município localizado na Região Metropolitana de João Pessoa, pertencente a região imediata de João Pessoa (IBGE, 2017).



Fonte: Elaborado por Leandro Paiva do Monte Rodrigues (2018)

Portanto, cabe trazer alguns elementos que explicam quem foi este último proprietário da Fazenda Engenho Novo:

Reconhecido como membro de família favorecida economicamente na sociedade paraibana, representava a elite proprietária de usinas de açúcar na mesorregião da Mata Paraibana. Essa família era, na época do conflito a proprietária da Fazenda Engenho Novo, incluindo a área da Empresa Rural AGROPAR e possuía uma área de aproximadamente 808 hectares (DI LORENZO, 2007, p. 30).

Renato Ribeiro Coutinho fazia parte de uma das famílias mais ricas e poderosas da Paraíba e do Nordeste, tal qual pode ser caracterizada como uma oligarquia rural, que tanto tinha o controle da terra, quanto, também, do dinheiro, da justiça e da política.

Determinadas famílias que tinham pequenas propriedades de terra nesta área que compunha a Fazenda Engenho Novo, passaram por retaliações por mando de Renato Ribeiro Coutinho, aonde este sujeito tinha a prática de tomar por força as propriedades de seu interesse. Quando não, ele fazia propostas financeiras para adquirir as propriedades com o objetivo de ampliar o tamanho territorial de suas terras e por tabela, a área produtiva que produzia cana-de-açúcar (PASTORAL DA JUVENTUDE, 2007).

Quando não existia nenhuma sinalização por parte dos pequenos proprietários de terra na Fazenda citada para se realizar a venda, usava-se da prática de espalhar o medo sobre tais famílias, o que fazia ter duas vias para solucionar a questão: a venda do imóvel ou o abandono das terras por medo de represálias (MOREIRA; TARGINO, 1997).

A Fazenda Engenho Novo repete a dinâmica e o domínio de certos proprietários sobre ela, ou seja, inúmeras propriedades situadas no Litoral Paraibano eram da oligarquia rural Ribeiro Coutinho, esta tinha o domínio jurídico, territorial, social e político daquelas áreas desde os anos de 1920 (JORNAL UNIÃO, 1995).

De acordo com a tradição histórica, esse território rural eram direcionados para o cultivo de cana-de-açúcar, principalmente a partir dos anos 1970 que através de estímulo governamental de âmbito estadual e nacional dirigidos à produção de açúcar e do álcool, através do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL) fortaleceu a expansão sobre o território rural paraibano da cultura agrícola da cana-de-açúcar (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Enquanto parte das terras pertencentes à usina, que congregaram os antigos engenhos a fazenda Engenho Novo, dava fim a um quadro particular da Zona da Mata Paraibana, como apresentado na valorosa contribuição

[...] alta produtividade destinada ao setor açucareiro, alta concentração fundiária da propriedade da terra, surgimento do fornecedor de cana-de-açúcar à Usina quando se perde o controle sobre o processo de produção industrial, poluição do meio ambiente em virtude do uso indiscriminado de insumos e fertilizantes químicos e mecanização agrícola, a intensificação da sazonalidade do emprego agrícola e finalmente, o senhor de Engenho, um fornecedor de matéria-prima que passa a ser substituído pelo usineiro, este que passa a deter apenas o controle sobre a produção industrial (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 62).

A alta produtividade exigida para cumprir as metas impostas pelo mercado do açúcar e mais precisamente do álcool impôs de modo agressivo (mais do que já era) a concentração da terra e a sua inviabilização para cultivar outros tipos de culturas agrícolas alimentares, isto num cenário social, demográfico e econômico marcado pelo grande percentual da população residindo em áreas rurais, sob condições econômicas muito frágeis e precárias, com baixo padrão de inserção no mercado de trabalho formal e urbano/industrial, resultando numa pobreza alarmante que se ampliou para o espaço urbano (MOREIRA; TARGINO, 1997).

A concentração fundiária, mais precisamente, da propriedade da terra nas mãos de poucas pessoas, aguçou grandes modificações nas relações de trabalho, dando um novo contexto ao mercado de trabalho formal e informal e para quem fosse adentrá-lo ao longo deste

período. Por motivos da introdução dos engenhos nestas áreas predominou o trabalho escravo por longo período de tempo, sendo este trocado pelo trabalho semi-assalariado, pautado no sistema de parceria e de morada enquanto forma de ocupação territorial da área em questão (MARTINS, 1990).

O cenário social e econômico na pré-formação do Assentamento Dona Helena fazia parte de um quebra-cabeça que foi montado da seguinte forma:

Nesse mesmo diapasão atuam os grandes proprietários de terra a embalar seus latifúndios nas explicações, inclusive de intelectuais progressistas, de que não há mais “latifúndio no Brasil” e sim, o que há agora, são modernas empresas rurais. Alguns mesmos acreditam que a modernização conservadora transformou os grandes proprietários de terra, que agora produzem de forma moderna e eficiente, tornando seus latifúndios propriedades produtivas. Não haveria assim mais terra improdutiva no campo brasileiro (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 39).

Mudaram-se as roupas, mas ficaram os mesmos personagens. Isto quer dizer que os proprietários de terra foram ao longo do contexto da década de 1960 e 1970 do século XX modificando sua forma de atuação para atender as demandas do mercado internacional, sobretudo o que consumia álcool, o que implicava direta e indiretamente na exploração e ampliação da pobreza rural em municípios como Cruz do Espírito Santo, mais precisamente na fazenda Engenho Novo (MITIDIEIRO JÚNIOR, 2005).

Entende-se que a empresa rural seria um meio encontrado pelos grandes donos de terras para fracionar as grandes propriedades e com isso não fazer a desapropriação de terras, conseguindo burlar as leis postas, enganando a consciência dos homens. Entretanto, cabe apresentar mais elementos que ilustram o que era essa empresa rural:

[...] enquanto estratégia do próprio capitalismo, as fazendas eram subdivididas em empresas agropecuárias rurais, pois desta forma, além de parcelar a terra, diminuindo o tamanho das áreas contíguas, serviria como um novo impasse a realização da desapropriação de terras. Entretanto, as empresas rurais continuavam nas mãos dos mesmos proprietários de terra (SOUZA, 1995, p. 23).

Estas empresas rurais apenas encobriram sobre os olhos da lei e da sociedade o que de fato se tinha por meta que era manter as propriedades produzindo cana-de-açúcar e ampliando sua presença em todo o território da propriedade, levando a expulsão dos agricultores, sem que houvesse uma indenização devida e que representasse a realidade da ocasião (MITIDIEIRO JUNIOR, 2005).

No caso específico da Fazenda Engenho Novo, essa foi subdividida em duas áreas, uma parte continuou com a mesma denominação, perfazendo uma área aproximada de 481,06 hectares, enquanto a outra parte recebeu a titulação de Empresa Agropecuária Vale do Paraíba (AGROPAR) possuindo uma área de 281,2100 hectares. A titularidade desses dois Imóveis permaneceu nas mãos do antigo proprietário, José Fernandes Ribeiro Coutinho (MEDEIROS; PIRES, 1998).

A modificação do latifúndio em empresa rural não modificou as relações entre trabalhadores e patrões dentro do processo de trabalho, senão, quando muito deu ao morador a condição de trabalhador assalariado pela expropriação daquele e sua absorção ou no trabalho agrícola, comercial ou industrial (MITIDIEIRO JÚNIOR, 2005).

De acordo com Moreira e Targino (1997, p. 63), a alteração dessa condição de morador em trabalhador assalariado da cana-de-açúcar aconteceu de forma muito lenta, perdurando um período que vai no mínimo entre os anos 1950-1960, isto por conta da conservação da característica nesta área litorânea da Paraíba desse sistema de morada, demarcado pelo resguardo do “cambão”, que era o pagamento em trabalho realizado pelo morador ao proprietário da terra, em troca da morada em sua propriedade. Sendo assim:

A partir do ano de 1975 com o advento do PROÁLCOOL, assim como nos anos 1980 e 1990, houve uma intensificação da expansão das áreas destinadas ao plantio de cana-de-açúcar, em substituição às áreas de vegetação natural, fato que também ocorreu nas áreas destinadas ao cultivo de policultura alimentar elevando a Paraíba ao quinto maior produtor nacional de cana-de-açúcar, cujo registro é de uma produção em 1984/1985 de 229,3 milhões de litros de álcool em contraposição a 806 mil litros na safra 1975/1976 (MOREIRA; TARGINO, 1997, p.110).

Compreende-se que este aumento impactante deu a exata expansão de novas destilarias de álcool, bem como a recuperação de outras que entraram em decadência. Neste sentido lógico e interpretativo, o Estado se comportava como agente que subsidiava a atividade canavieira, e no período de 1979/1984 presencia-se o fato da retração nos referidos subsídios financeiros a tais empresas, passando do modo de qualidade de crédito subsidiado genérico para a de crédito subsidiado direcionada a uma classe, mostrando que o aparelho de Estado já não tinha mais este vigor no financiamento por conta da crise.

A colocação abaixo traz uma reflexão importante acerca deste período histórico e que serve para entendermos as profundidades do cenário social no qual a fazenda Engenho Novo e posteriormente assentamento Dona Helena foi se forjando:

[...] não houve perdas no setor canavieiro, senão um maior incentivo à produção de cana-de-açúcar em detrimento de outras culturas, o que conferiu a continuidade e aumento expressivo da produção canavieira nas áreas litorâneas, assim como nas áreas oriental e agreste do Estado devido, respectivamente, à estiagem e à praga nos algodoads, levando a expansão das áreas de cana-de-açúcar (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 111).

O aumento da sazonalidade do emprego agrícola aconteceu devido aos impactos negativos sobre a qualidade de vida dos assalariados rurais, aonde seus salários estavam sendo defasados, o que resultou num processo de contradição na medida que produziam riqueza para o capital, de um lado, faltando-lhes o necessário na mesa do trabalhador, por outro (DERRE, 2004).

Outro elemento que trouxe conflitos ao mundo do trabalho foi a criação de empregos agrícolas, fazendo crescer o trabalho sazonal, levando também a expropriação dos trabalhadores do espaço rural, uma vez que eram expulsos em direção às comunidades periféricas das cidades, sendo na sua grande maioria modificados socialmente em novos trabalhadores assalariados da cana-de-açúcar, residindo no espaço urbano, mas trabalhando no espaço rural. Cabe lembrar, que está dinâmica teve interferência na paisagem da região litorânea, aonde ganhou um novo panorama geográfico, tendo enquanto traço homogeneizador o verde dos canaviais (HEIDRICH, 2000).

Conforme o raciocínio histórico e geográfico expostos abaixo, nos anos sucessivos entre a década de 1980 e 1990:

[...] o setor canavieiro mesmo demonstrando sinais de maior produtividade com prejuízo, especialmente do aumento das áreas destinadas ao plantio de cana-de-açúcar, foi aos poucos sendo reduzida devido a uma série de motivos referendados por alguns estudiosos. Dentre eles, a acusação por parte dos proprietários de não receber incentivos suficientes por parte do estado; a diminuição da importância da burguesia açucareira nordestina frente à do sul do país em plena fase de ascensão [...] (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 120-134).

Deve-se incluir ainda neste cenário o aceleração da concentração fundiária nas áreas territoriais de Usinas, isto em detrimento da perda da figura do fornecedor de cana-de-açúcar; do rebaixamento da qualidade de vida da classe trabalhadora frente à esta concentração da propriedade da terra e enquanto decorrência negativa houve a ampliação dos problemas sociais, tais quais se deve ao descumprimento da função social da terra por parte das Usinas (MARTINS, 1998).

Ao serem expulsos da terra, certos agricultores da Fazenda Engenho Novo, não se deram por rendidos ao conformismo e ao medo impostos tanto pela realidade local quanto pelos

proprietários de terra que tinha a esta fazenda sob seu domínio. Assim, diversas famílias da localidade, como de outras áreas, se uniram na resistência que resultou no quadro de famílias do Assentamento Dona Helena (DI LORENZO, 2007).

Para os camponeses assentados, a luta acontece no período anterior à chegada das famílias, o que pode ser expresso na seguinte afirmação: “as famílias de fora ainda não tinha chegado, mas as daqui já tava em movimento” (CÁRITAS, 2002). Neste contexto que expomos o debate, devemos reconhecer o caráter de resistência do camponês, a exemplo dos camponeses do Assentamento Dona Helena, pois estes lutaram, resistiram, alcançando a concretização do acampamento com a chegada de outras famílias que vieram integrar o movimento, dando reafirmação a peculiaridade do campesinato brasileiro como aquele que resiste e/ou retorna à terra.

Por motivo da venda da terra e consecutivamente sua anexação à Fazenda Engenho Novo, o proprietário da mesma, José Fernandes Ribeiro Coutinho, comprava as terras, ou “as tomava à força”, aonde muitas das famílias eram colocadas para fora da propriedade pelo uso da força (CPT, 2002).

Na Fazenda Engenho Novo o método para expulsar os trabalhadores também aconteceu pela supressão das áreas de cultivo associados as pressões e violências como o corte das lavouras e também o ato de soltar o gado nas lavouras dos agricultores para destruí-las, o que forçava a expulsão dos camponeses da área do imóvel. Esses foram os métodos que lograram maiores resultados para os grandes proprietários de terra no tocante a assegurar a área livre, disponível à expansão da cana-de-açúcar (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Segundo Di Lorenzo (2007) durante o final do ano de 1992, foi instaurado um clima aterrorizante na Fazenda Engenho Novo. Em 01 de janeiro de 1993, o senhor José Fernandes, estando inconformado e muito preocupado, haja vista que estava temendo que recaísse sobre o seu imóvel um processo de desapropriação, praticou atos selvagens e prepotentes frente aos trabalhadores rurais que residiam na fazenda Engenho Novo, isto porque ele mandou os seus capangas, que também residam na fazenda, passassem com o trator nas áreas que eram de posse dos trabalhadores rurais que ali moravam, isto especificamente das portas da frente e de trás de suas casas, levando a destruição das roças que já estavam para serem colhidas. Com isto:

[...] o proprietário plantou cana-de-açúcar nessas áreas, e tal prática se repetiu sucessivas vezes, nos anos de 1993 e 1994: o patrão plantava a cana-de-açúcar e o trabalhador arrancava-a e plantava sua roça; sendo a recíproca verdadeira, processo esse que ocorreu sucessivas vezes que acabou por ocasionar a denúncia feita pelo proprietário à Polícia, que interveio por duas vezes na tentativa de evitar a devastação da cana-de-açúcar e a derrubada e queima das cercas; porém, em ambas as ocasiões, quando de sua chegada, o ato já havia

sido concretizado, pois era realizado durante as madrugadas (DI LORENZO, 2007, p. 38).

Percebe-se na colocação que extraímos de um depoimento contido na dissertação de Di Lorenzo (2007), que existia um profundo conflito social e política em volta da questão da terra no município de Cruz do Espírito Santo – PB, aonde se tornou emblemático pela forma como ele acontecia, tal qual está exposto na colocação citada.

É válido enfatizar dentro da história de formação do assentamento Dona Helena e todo o contexto histórico da época que impulsionou sua formação, que teve a importante participação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que propôs no início do conflito na Fazenda Engenho Novo que o grupo de famílias já residentes na propriedade rural se reunisse a um número maior de famílias, com a intenção de fortalecer o movimento político, bem como gerar possibilidades a outras famílias de poder conquistar “um pedaço de terra”.

Nos relatos obtidos na dissertação de Di Lorenzo (2007), vê-se que existiu no decorrer da luta por terra existente na Fazenda Engenho Novo a forte presença da pastoral citada, sendo ela a grande articuladora para agregar um número cada vez maior de famílias no acampamento, haja vista que iria ajudar ainda mais o movimento a enfrentar às forças diretas e indiretas do proprietário da fazenda.

Mesmo traduzindo uma situação desconfortável para certas famílias que tinham a posse do imóvel rural, ou seja, pequenas áreas rurais dentro da fazenda citada, a CPT teve papel fundamental no convencimento de que o imóvel teria características naturais de alta fertilidade e a totalidade da fazenda se dispunha sobre uma extensão que favoreceria para trazer mais famílias que não tinham terra e que almejam dela viver. Todavia, ainda foi difícil para se trabalhar e superar o sentimento de direito à terra para todos que queiram lutar por ela e viver dela, levando, por exemplo, alguns agricultores posseiros e foreiros a negar em dividi-la com outras famílias (DI LORENZO, 2007; MOREIRA; TARGINO, 1997).

Portanto, ao inicia-se o ato de ocupação da fazenda com a formação do primeiro acampamento em 24 de abril de 1995, aonde se teve presente sessenta e nove famílias que residiriam nas barracas no intuito de lutar pela desapropriação da área rural em questão. Logo após três dias da ocupação da fazenda Engenho Novo, o dono do imóvel rural, senhor José Fernandes, acompanhado de seus capangas, todos bem armados com espingardas, em conjunto com o reforço policial do Batalhão de Choque de Guarabira, que numericamente estava expresso em duzentos e cinquenta policiais, buscaram concretizar a expulsão dos acampados, isto por conta de José Fernandes ter conseguido da Justiça a Reintegração de Posse do imóvel (FAO/PRONAGER, 2002).

Segundo relatos históricos e, também, através de entrevistas junto à comunidade, pôde-se notar o quanto foi covarde o ato policial para atender os interesses do dono do imóvel rural citado:

[...] num primeiro contato entre o comandante da operação e os líderes do movimento deixou uma certeza de que sairiam daquela área e ocupariam a área de posse de um antigo posseiro. Confiantes no acordo celebrado e certos de que teriam tempo para isso, não se preocuparam muito. Porém, ao fim daquele mesmo dia foram surpreendidos, quando por determinação judicial, o Batalhão de Choque da polícia Militar retornou e executou a ação de despejo, destruindo todas as barracas e queimando os seus pertences. Esta ação foi denunciada na imprensa local ao mesmo tempo em que se exigiram das autoridades competentes providências cabíveis para solucionar o litígio (DI LORENZO, 2007, p. 123).

É lastimável como as forças do Estado atendem rapidamente os interesses dos grandes proprietários de terra nesse país, a exemplo de como foi parcial e ligeiramente resolvido este entrave entre acampados e dono da terra na fazenda Engenho Novo. Porém, isso não fez que os camponeses desistissem, o que posteriormente viria a se realizar a favor dos camponeses, com a implantação do assentamento Dona Helena. Percebe-se o quanto foi árdua a luta pela terra nessa área do município de Cruz do Espírito Santo – PB (DERRE, 2004).

Durante o período que ia decorrendo os fatos dentro da fazenda em questão, construía-se um entrave histórico da luta pela terra no município, aonde o Pároco da Igreja Católica de Cruz do Espírito Santo recebeu os acampados expulsos do imóvel na sede da Casa Paroquial até que se realizassem outras táticas para realizar o acampamento desses agricultores sem-terra. Com isso, cabe apresentar alguns aspectos da luta pela terra:

[...] quando foram novamente despejados e retornaram à Igreja, na sede da Casa Paroquial, o posseiro, senhor Bui do Bar que exercia o cargo de Vice-prefeito da cidade de Cruz do Espírito Santo cedeu aos acampados um terreno com área de dois hectares próxima à PB-004, de propriedade da Prefeitura local e solicitou ao prefeito daquele município que fizesse a concessão da referida área para uso dos trabalhadores até o momento de resolução do litígio (DI LORENZO, 2007, p. 28).

Por motivos históricos e por ter uma posição social e política que lhe permitiram apresentar maior desenvoltura na luta pela terra na fazenda Engenho Novo naquela ocasião, o vice-prefeito conseguiu realizar um ato benéfico aos camponeses, de modo a dar maior sustentação a continuação da luta pela terra, o que foi muito positivo, pois permitiu a resistência na luta pela terra do assentamento Dona Helena (VARELA, 2003).

Conseguida a concessão, os trabalhadores saíram da Casa Paroquial para o terreno cedido para que reerguessem o acampamento, tal qual estava situado geograficamente vizinho

à área da Fazenda, possibilitando que montassem acampamento para abrigarem-se durante o período noturno e, ao mesmo tempo, retornavam à Fazenda para cultivar seus roçados. Portanto:

Durante o período de acampamento, muitas foram as tentativas de represálias por parte do grande proprietário que culminou em forte repressão contra os acampados, tendo com o marco principal a morte de uma trabalhadora, Dona Helena, que sofreu um derrame cerebral, após presenciar atos de violência contra os trabalhadores acampados, a exemplo do corte das lavouras realizada no roçado coletivo dos acampados, e simultaneamente, quando ouviu dizer que a terra estaria desapropriada (DI LORENZO, 2007, p. 99).

Inúmeras tentativas de reprimir violentamente os acampados para que desistissem de lutar pelo o imóvel rural citado nesta pesquisa foram realizadas por parte do dono desta vasta propriedade, o que vai de acordo com uma linha de ação da elite agrária de reprimir e amedrontar os grupos que ousam lutar por terra (VARELA, 2003).

O tempo que estes trabalhadores rurais sem-terra permaneceram como acampados, foi de 1995 a 1996, expõe fortemente características da solidariedade camponesa, tais quais puderam ser expressas na divisão das moradias, eles se ajudavam de modo coletivo na plantação de suas lavouras (MOREIRA; TARGINO, 2012).

A emissão de posse do Assentamento Dona Helena foi dada em 2 de julho de 1996. Porém, neste ano se enfrentou bastantes dificuldades ao longo do ano que se criou o respectivo assentamento, as quais foram superadas mediante ação coletiva entre os camponeses, contando, também, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra para enfrentar as dificuldades postas (MOREIRA; TARGINO, 2012).

Com a conquistada da casa (segundo semestre de 1997) e de parte da infraestrutura, as distâncias geográficas e as dificuldades individuais repercutiram no processo organizativo, sobretudo, no coletivo. A conquista da terra legou aos camponeses do Assentamento Dona Helena a vitória de apenas uma batalha contra o capital (DE LOURDES, 2007).

O campesinato que passou a residir naquela localidade foi criando laços de solidariedade e consciência de classe, elementos capazes de fazer superar as dificuldades de ordem estrutural (falta de água, iluminação, habitações), social, cultural e política. Deste modo:

O campesinato, embora inserido no interior do capitalismo, possui características distintas, pois ora se subordina àquele, ora resiste, através da luta coletiva. No período anterior ao assentamento das famílias, alguns camponeses participavam de reuniões promovidas por mediadores sociais que atuavam na Várzea Paraibana. As reuniões ocorriam, em geral, às escondidas, a fim de evitar represálias por parte dos grandes proprietários de terra da região (MOREIRA; TARGINO, 2012, p. 18).

Por sua vez, o movimento de camponeses que desencadearam a desapropriação do latifúndio representado na fazenda Engenho Novo produziu a reterritorialização camponesa através de outras bases sociais, políticas e culturais. Mais especificamente, a conquista e elaboração do Assentamento Dona Helena produziu a formação de novas mentalidades e cultura a partir da ação social, dando um novo modo de vida cotidiano (DERRE, 2004).

A construção do território camponês no Assentamento Dona Helena imprimiu o processo de territorialização através da resistência daqueles que ousam trabalhar no campo, em contraposição à manutenção do latifúndio. Vale lembrar que o momento de “transitoriedade se deu com o acampamento, seguido do Assentamento, ambos representando formas diferenciadas da territorialização camponesa” (DE LOURDES, 2007, p. 34).

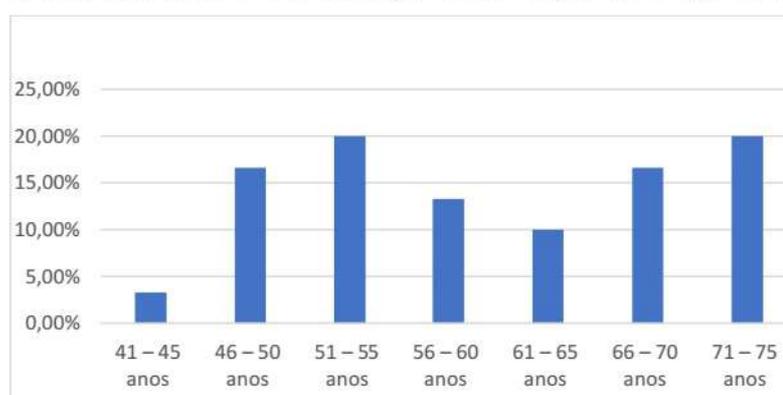
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS ASSENTADOS DO ASSENTAMENTO DONA HELENA

Neste item, apresentar-se-á o resultado das entrevistas (anexo 1) feitas com os Assentados do Assentamento Dona Helena, com um total de 98 pessoas, foram questionados 30 assentados, que eram as ou os chefes de famílias, isso considerando um nível de confiança de 80% e uma margem de erro de 10%⁵. Cabe ressaltar que os assentados entrevistados foram escolhidos de forma aleatória. Considera-se esses dados compatíveis com o nível da pesquisa, uma vez que os questionários continham perguntas de caráter qualitativa, pois, interessou compreender a perspectiva do camponês.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Ao perguntar sobre as idades dos entrevistados, um conjunto de elementos sociais e históricos se apresentaram, perfilando uma dinâmica etária da população entrevistada, que traduz a realidade dos camponeses dessa localidade rural. Portanto, pudemos notar que existe uma oscilação quanto à composição da amostra (gráfico 10).

Gráfico 1: idade dos assentados entrevistados por classificação etária e percentual.



Fonte: trabalho de campo, segundo semestre de 2018.

Dois classes de idade devem ser ressaltadas na análise, que são as classificações de 51 a 55 anos e a de 71 a 75 anos, ambas apresentaram um percentual alto dentro da amostra. Elas são pertinentes devido a expor que existem assentados titulares dos lotes que já estão numa idade bem avançada.

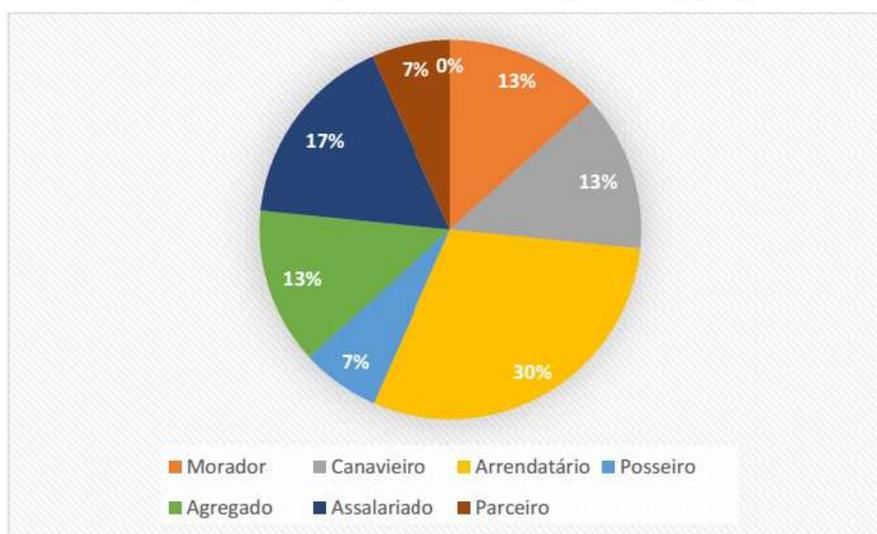
⁵ Os cálculos amostrais foram feitos pelo site: <https://pt.surveymonkey.com/mp/sample-size-calculator/>

No geral, 46% dos entrevistados já estão acima dos 60 anos de idade, ou seja, em tese em idade de se aposentar. No conjunto da amostra para esta questão nota-se que o fato envelhecimento dos assentados abre uma incógnita sobre a sucessão rural, onde os filhos e netos poderão vir a tomar conta do lote, considerando a necessidade da reprodução social camponesa no assentamento que fizemos pesquisa de campo.

Quanto ao fato de residir na propriedade antes dela se tornar área de assentamento de reforma agrária, apenas 3,3% dos entrevistados alegaram que já encontravam-se na área, o que mostra que 97% são oriundos de outras localidades, como por exemplo, 26,7% dos assentados que compõe a amostra são oriundos da zona urbana e 73,3% da zona rural. Além do mais, 13,3% eram residentes do município de Cruz do Espírito Santo – PB, território onde está localizado o Assentamento Dona Helena, contra 86,7% que residiam em outros municípios paraibanos.

A fim de saber sobre o histórico profissional dos assentados dentro da agricultura, perguntou-se qual era a condição em que trabalhavam e se delas estabelecima-se seu vínculo social com a terra (gráfico 2).

Gráfico 2: Tipo de condição de trabalho na agricultura, por percentual.



Fonte: Trabalho de campo, segundo semestre de 2018.

A condição de trabalhador arrendatário obteve o maior percentual da amostra (30%), mostrando as contradições produzidas no espaço agrário sobre a classe trabalhadora rural. Afirma-se isto por conta do arrendatário serem agricultores que não possuem terras e para

produzi são inseridos numa relação social aonde o pagamento do aluguel da propriedade que reside é paga com parte da produção ao proprietário da terra (BARROS, 2012).

Conforme os assentados alegaram, que trabalhavam de um a dois anos para o proprietário para poderem ter acesso à terra (arrendada), e dela plantar e construir sua residência para estabelecer sua família; os demais entrevistados disseram que pagavam com parte da produção ou pagava com dinheiro. Nota-se formas diferenciadas que caracterizavam o tipo de trabalhador arrendatário que deu origem social e cultural ao camponês residente no assentamento em questão.

Outra condição de trabalhador que aparece, é o assalariado, com 16,7%, demarcada por assalariados permanentes, os quais trabalham com certa estabilidade, uma vez que o serviço não tem um prazo determinado para terminar, ou seja, é fixo; e assalariados temporários, sendo uma categoria de trabalhadores rurais que desempenham atividades por um período determinado, aonde essa relação de trabalho pode acontecer por dia, empreitadas, períodos de colheitas, sendo comum no corte de cana.

Quanto ao quesito escolaridade, os dados obtidos apresentaram uma dinâmica que reflete, direta parte da realidade escolar dos camponeses deste assentamento (tabela 3).

Tabela 3: Modalidade de ensino cursada por percentual.

Modalidade de ensino cursada	%
Ensino Fundamental I	76,6%
Ensino Fundamental II	6,7%
Não estudou	16,7%
Total	100%

Fonte: Trabalho de campo, segundo semestre de 2018.

Frente aos dados obtidos referentes ao nível de escolaridade dos assentados que compuseram nossa pesquisa, é evidente o alto índice que traduz a baixa escolaridade dos mesmo, tal qual reflete numa capacidade escolar bastante baixa, mas que tem sua causa na precariedade social, econômica e histórica que remontam a cronologia de suas vidas, isto tanto no aspecto individual, quanto coletivo.

Do ponto de vista macrossocial, isto tem sua base de justificativa inserida na realidade aonde as médias apresentadas para os assentamentos espalhados pelo Brasil indicam que 39,4% de analfabetos/alfabetização incompleta, e o mesmo porcentual de titulares com o ensino primário incompleto. Por sua vez, o que mais chama a atenção é o fato de que esta situação não

vem sendo alterada, haja vista que 97,6% do total de titulares dos lotes de assentamentos no Brasil estão fora de qualquer programa de estudos, o que traz à tona a não existência de um programa básico e consistente de educação de adultos nos assentamentos brasileiros (BERGAMASCO, 1997).

Ao indagarmos aos entrevistados sobre o número de pessoas que residem na propriedade, obtivemos um somatório de 186 pessoas, que dá uma média de 6,2 pessoas por lote, o que é expressivo para o assentamento Dona Helena, mostrando que existe uma dinâmica populacional que vem gradativamente tomando proporções evolutivas nas últimas décadas, o que de certa medida, pode assegurar a reprodução social camponesa mediante a permanência dos filhos na terra, por exemplo. Entretanto, isto só será possível através de políticas públicas que venham contribuir diretamente com este fator.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE PRODUTIVA

Indagados sobre o tamanho, em hectares, dos seus lotes, a maior parte da amostra respondeu que o mesmo tem sete hectares de terra, representando 76,7% dos entrevistados, o que evidencia certa homogeneidade de distribuição territorial do assentamento Dona Helena. Entretanto, 23,3% do público pesquisado trouxeram as divergências quanto a distribuição dos lotes, como, por exemplo, 3,3 % dos entrevistados afirmaram ter 10 hectares, enquanto outros 3,3 % dos entrevistados assentando afirmaram ter 2 hectares de terra, mostrando uma oscilação muito grande, aonde cada pessoa que compôs o percentual citado informou um tamanho de propriedade.

Dentro dessa diferença que existe na composição dos lotes, convém apresentar as particularidades que permitem explicar seus respectivos tamanhos, isto a partir das alegações dos assentados. Neste sentido, cabe dizer que oficialmente todos receberam sete hectares, porém isto se restringe ao parâmetro oficial, haja vista que quem trabalhou na comissão de pré-parcelamento recebeu um lote maior; outros compraram um pedaço do vizinho; e, também, como a separação dos conjugues, a esposa fica com a metade, ou com a menor parte do lote. Tais fatores explicam os pormenores que se expressam na diferença do tamanho de cada propriedade camponesa dos entrevistados. Assim, “o assentamento rural é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo Incra onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário” (NEVES, 1997, p. 15).

Compreende-se, do ponto de vista teórico e associado à realidade pesquisada, que o assentamento rural de reforma agrária é formado por lotes que dialogam em conjunto mediante seus proprietários, que tem sua autonomia. Isto se diferencia bastante da realidade passada, caracterizada por um latifúndio, onde uma propriedade agrícola de grande extensão pertencente a uma única pessoa, uma família ou empresa se caracterizava pela exploração extensiva de seus recursos (HEIDRICH, 2000).

Cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas ou lotes, é entregue pelo INCRA a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias, bem como o tamanho e a localização de cada lote são determinados pela geografia do terreno e pelas condições produtivas que o local oferece.

Quanto às benfeitorias existentes, pudemos condensá-las numericamente, sendo possível trazer a realidade local investigada concernente à forma como os assentados organizam a infraestrutura de suas parcelas de terra (tabela 4).

Tabela 4: benfeitorias realizadas nos lotes conforme declarações dos assentados.

Tipos de benfeitorias	% dos entrevistados
Galinheiro	56,6%
Barreiro	73,3%
Depósito	16,6%
Cerca	76,6%
Silo	16,6%
Curral	33,3%
Pocilga	3,3%
Açude	20%
Eletricidade	100%
Poço	36,6%
Cisterna	83%
Cacimba	53,3%
Lagoa	3,3%
Mandala	3,3%
Poços Amazonas	6,6%

Fonte: Trabalho de campo, segundo semestre de 2018.

Verificou-se que os lotes dos assentados entrevistados na sua maioria são bem equipados com materiais que compõe sua estrutura física, como, por exemplo, cisternas, curral, cerca, barreiro, galinheiro. Mostra-se, com isso, que este é um assentamento bem equipado, o que assegura boas condições para sua dinâmica econômica, no que diz respeito à produção da agricultura familiar.

Chamou a atenção a presença do cultivo em mandala, o sistema diz respeito à uma nova tecnologia de desenvolvimento sustentável que é capaz de trazer efeitos diretos na exploração dos recursos naturais e no equilíbrio socioambiental, uma vez que tal sistema exige transformações para a preservação do meio ambiente condizentes à produção agrícola, privilegiando as relações do homem com o campo e o meio ambiente, trazendo elementos positivos à comunidade rural, como, por exemplo, no Assentamento Dona Helena (SOUZA ET AL, 2006).

O significado que a terra tem para o público pesquisado deve ser ressaltado por conta de apresentar a subjetividade camponesa, evidenciando o potencial de compreensão que os mesmos têm sobre o cultivo e a sustentabilidade do território, algo que é essencialmente importante para manter o funcionamento social e o equilíbrio natural do local da pesquisa.

Deste modo, destacamos no quadro 1, algumas colocações dos entrevistados, haja vista sua capacidade de dialogar de modo explicativo com a temática em debate.

Quadro 1: colocações dos entrevistados sobre o significado que a terra tem

Entrevistado C.R.S	A terra tem muito valor; é sustento.
Entrevistado L. S.	É um meio de sobrevivência.
Entrevistado P. A. S.	Uma coisa boa. Melhor que morar em ponta de rua.
Entrevistado J. B. S.	É tudo, é nossa mãe, nos dar de comer, vivemos do sustento dela.
Entrevistada E. S. S.	Se não fosse a terra não vivíamos
Entrevistado F. F. M.	A terra é importante por que cultiva a macaxeira, batata, feijão.

Fonte: Trabalho de campo, segundo semestre de 2018.

A expressão “a terra tem muito valor, é sustento”, traz uma compreensão do grande significado, mostrando que se tem seu lado socioeconômico, como, também, tem o lado existencial que ela proporciona, dando condições para que o assentado possa ter uma melhor condição de vida. A expressão “um meio de sobrevivência”, colocada pelo segundo entrevistado, apresenta talvez a melhor compreensão que se pode haver sobre a relação do camponês com a terra, mais precisamente com o território camponês, pois dá ênfase ao fato de tirarem seu sustento, sua condição material de existir, mediante a prática agrícola de natureza familiar.

A importância de trazer a colocação do terceiro entrevistado justifica-se pelo fato dele valorizar o antes e o depois de ter se tornado assentado de reforma agrária, mostrando que a terra é uma coisa boa e, ao mesmo tempo, lembrando seu passado quando diz que é melhor que morar em ponta de rua, situação quase que comum a parte dos assentados antes de terem sua propriedade rural.

A expressão “É tudo, é nossa mãe, nos dar de comer, vivemos do sustento dela” demonstra o conjunto de significados de ordem social e cultural, uma vez que vem à tona a dimensão de entender que a terra é a forma primária e essencial sem a qual não era possível a existência de nada. Depois por trazer a nossa de sustento, que remete ao fato de plantar para suprir a existência familiar.

3.3 ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

A quantificação do tamanho dos lotes dos assentados entrevistados totalizou 97 hectares destinada à lavoura, que dá uma média de 3,3 ha por entrevistado. A fim de especificar o modo como ocupam produtivamente suas unidades rurais, levando em consideração quais são as culturas agrícolas de maior importância, apresenta-se o ranking, sintetizado através da organização das informações concedidas (tabela 5).

Tabela 5: colocação dos itens de cultura agrícola por importância, em percentual.

Nível de produção	Tipo de cultura agrícola	Percentual de entrevistados
1º	Macaxeira	36,7%
2º	Feijão	10%
3º	Milho	10%
4º	Batata doce	10%
5º	Inhame	9%
6º	Cana-de-açúcar	8,7%
7º	Fava	7,0%
8º	Fruteiras	4,3%
9º	Hortaliças	2%
10º	Coco	2%
Total		100%

Fonte: Trabalho de campo, segundo semestre de 2018.

De modo destacado, o plantio da macaxeira foi a cultura agrícola de maior importância para os assentados entrevistados, mostrando, que tanto ela é importante para suprir as

necessidades familiares, como, em segundo momento, para comercialização e fonte de geração de renda. Conforme informado pelos assentados, nota-se que é predominante o uso das áreas agrícolas das unidades produtivas dos assentados para fins de agricultura familiar, uma vez que as praticamente todas as culturas agrícolas citadas e ranqueadas atendem primeiramente o consumo familiar (imagem 1 e 2)

Imagem 1: Plantação de Macaxeira do Assentamento Dona Helena.



Fonte: Roberto Costa Araújo (2018)

Imagem 2: Terra arada para o plantio no Assentamento Dona Helena.



Fonte: Roberto Costa Araújo (2018)

Porém, o cultivo da cana de açúcar teve colocação e percentual destacado, o que merece atenção por conta de ser uma atividade agrícola com fins de geração de renda e, também, que leva a depender de um setor econômico-produtivo tradicional, o setor sucroalcooleiro. Deste modo:

A controversa presença da cana nos assentamentos rurais nos últimos anos exige uma cuidadosa reflexão sobre sua interferência no modo de vida dos assentados e na relação dos assentamentos com a dinâmica do desenvolvimento regional. A presença da cana nos assentamentos tem suscitado ao longo desse período conflitos internos, discussões, nada consensuais, sobre o passado/ presente/ futuro dessas experiências (FERRANTE, 2012, p. 10).

Dentro da realidade do assentamento Dona Helena e pelo percentual significativo de entrevistados que declararam a importância da cana-de-açúcar dentro da composição produtiva de seus lotes rurais, pode-se dizer que a análise que a parceria com as agroindústrias é atravessada pela construção de trama de tensões, isto por conta de quando a parceria vem se concretizando pode estar sendo forjada uma relação social de submissão no médio ou longo prazo, uma vez que se inicia a integração dos assentados às usinas de açúcar e álcool, indo na

contramão da construção de uma “agenda de políticas públicas de segurança alimentar, pautada nos princípios da produção agroecológica de alimentos, na valorização da produção regional e na inclusão social de produtores familiares assentados” (THOMAZ JUNIOR, 2010, p. 29).

A área alegada pelo público entrevistado, destinada para criação (aves, bovinos, suínos, caprinos) é de 44 hectares, que dá uma média de 1,5 ha, o que permite entender que é significativa a atividade criatória conforme com o tamanho da ocupação do espaço com esta atividade. Com o fito de saber se a produção agrícola realizada é de fato para consumo familiar ou, também, parte dela é comercializada, verificamos que 33,3% utiliza-a exclusivamente para o consumo, enquanto 66,7% usa parte para o consumo familiar e parte para a venda (imagem 3).

Imagem 3: Criação de gado no Assentamento Dona Helena



Fonte: Roberto Costa Araújo (2018)

4.4 SEGURANÇA ALIMENTAR

Para Maluf (2007), a segurança alimentar deve ser compreendida conforme a realidade nacional, isto é, brasileira. Sendo assim, ela diz respeito a um novo modelo de produção de alimentos, pautado na agroecologia, sem utilizar sementes transgênicas, agrotóxicos e fertilizantes químicos, isto em pequenas propriedades familiares.

A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar é organizada com base em 14 perguntas, as quais permitem fazer uma classificação que determina os tipos de insegurança alimentar. Assim é bom salientarmos a afirmação abaixo para melhor fundamentar nosso debate:

A escala prevê quatro categorias. A segurança alimentar se aplica a domicílios que têm acesso regular e permanente a alimentos de qualidade em quantidade suficiente. Já a insegurança alimentar pode ser leve, moderada e grave. Ela é leve quando em um lar há preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro e a qualidade é considerada inadequada em casos de pessoas que não querem comprometer quantidade. No caso da insegurança alimentar moderada, ela está presente quando se verifica a redução quantitativa de alimentos entre adultos. Já a insegurança alimentar grave é constatada com a redução quantitativa de alimentos entre crianças e a fome (quando alguém fica o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro) (CORREA, 2007, p. 3).

A escala brasileira é uma versão adaptada da produzida pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos durante a década de 1990. A análise dos dados se baseia na soma das respostas afirmativas. Isso quer dizer que não basta apenas o morador dizer que ficou sem comer nos três meses anteriores à pesquisa para que o domicílio seja classificado como de insegurança grave. É preciso que ao menos dez perguntas tenham respostas positiva, no caso de lares sem crianças.

Deste modo, compreender ao menos de forma simples o real significado da segurança alimentar é algo imprescindível para que o camponês entenda que seu modelo de produção agrícola deve divergir estruturalmente do tradicional, provendo, enquanto consequência, um desenvolvimento social e ambiental sustentável. Para isto, perguntou-se aos entrevistados o que eles compreendiam sobre segurança alimentar, tal qual está exposto na tabela 6.

Tabela 6: compreensão dos assentados sobre o significado de “segurança alimentar”.

Tipos de respostas	Percentual dos entrevistados
Não sabe	40%
Garantia de alimento para o futuro	36,7%
Produção sustentável	13,3%
Produção diversificada	10%
Total	100%

Fonte: Trabalho de campo, segundo semestre de 2018.

Ter as noções básicas do que vem significar o termo possibilita uma melhor regulação do abastecimento, distribuição e consumo (por parte das famílias assentadas ou pelos consumidores das feiras agroecológicas, por exemplo) dos produtos agrícolas, sendo estes os maiores desafios para a segurança alimentar no Brasil (MALUF, 2007).

O percentual de entrevistados que não sabem do que se trata o termo segurança alimentar é algo grave para a realidade pesquisa, pois mostra um baixo nível de conhecimento acerca de um tema eminentemente presente em suas realidades. Na contramão do índice dos assentados que não sabem, aparece 60% do público pesquisado que mostrou saber, ou, ao menos, como se compreende no campo prático, o termo segurança alimentar. Isto expõe que maior parte dos assentados participantes da pesquisa praticam e são conscientes da sua atividade dentro de suas respectivas unidades produtivas.

Indagados sobre o fato de a segurança alimentar ser importantes em suas realidade, 96,7% alegou que era, o que implica que os assentados sabem pelo menos no campo prático – mesmo não tendo uma noção tão bem definida do quanto ela é importante para ter uma produção que satisfaça tanto social, quanto biologicamente (tanto para a saúde quanto para o meio ambiente).

A prática que os agricultores camponeses que participaram dessa pesquisa compõem, um conjunto de afirmações que permite entender a materialização do termo na realidade local do assentamento Dona Helena. Assim, para o entrevistado S. R. M. L., afirmou que “trabalhar na lavoura é um meio para garantir a presença da segurança alimentar para sua familiar através de sua unidade produtiva”. Já M. A. T. O., disse que: “não uso agrotóxico, nem adubo químico, e sim defensivos naturais”. Para A. S. S.: “é ter perseverança, está sempre no cultivo”; o entrevistado P. A. S. alegou que: “manter a alimentação da família” (imagem 4 e 5).

Imagem 4: plantação de Feijão no Assentamento Dona Helena.



Fonte: Roberto Costa Araújo (2018)

Imagem 5: Assentados vendendo produção na feira.



Fonte: Roberto Costa Araújo (2018)

Percebe-se as diversas maneiras pelas quais os assentados realizam a segurança alimentar de suas famílias dentro do assentamento em questão, aonde evitam a utilização de agrotóxicos, por um lado, e mantêm a alimentação da família, por outro sintetizam a partir de suas práticas as reais finalidades que este tipo de segurança exige para se fazer presente (KEPPLE; SEGAL, 2011).

Buscou-se verificar qual seria a avaliação que o público pesquisado tem acerca da sua vivência no assentamento Dona Helena. Portanto, três colocações dos mesmos merecem destaque por conta de serem mais completa no que diz respeito a avaliar a vida de camponês.

Conforme o entrevistado J. B. S.: “aquilo que é bom, mim sinto muito bem, gosto muito de viver em comunidade”. Esta colocação traz elementos concernentes à harmonia ao ponto de fazê-lo sentir bem, além de explicitar o caráter de viver em comunidade, que é uma das relações que mais caracteriza a vida camponesa (PEIXOTO; GARCIA, 2006).

Para A. S. S.: “Aqui a gente apesar dos problemas, vivo bem, tem liberdade de trabalhar, tem independência”. Neste sentido, sua resposta apresenta, novamente, a satisfação de viver numa localidade camponesa, tal qual está interligada ao prazer de trabalhar, expresso na palavra liberdade. Além do mais, mostrou o lado da independência social, política e econômica que a possibilidade de ser assentado de reforma agrária lhe trouxe ao longo do tempo.

Conforme M. V. S.: “temos a terra e vivemos a vontade. Vivíamos sobre o capricho do proprietário”. O camponês em questão elucida o passado e o presente e sua colocação, sendo ele e sua verbalização comprovações positivas de que o assentamento foi uma possibilidade dele conseguir melhorar sua condição de vida e da sua família.

Com a intenção de estimulá-los a apresentar sua avaliação do período de quando ainda não eram assentados de reforma agrária, perguntou-se sobre as diferenças com relação a vida pré-assentamento. Deste modo, para S. R. M. L.: “muita diferença. Só em trabalhar nas terras dos outros, e não poder trabalhar, tinha que tirar a lavoura antes do tempo”. É presente na sua fala a forma como o trabalho rural (traduzido no seu caso) era dramático, haja vista o nível de exploração que se tinha.

O assentado P. A. S. diz o seguinte: “É melhor. Era sofrimento. Hoje tem mais descanso, a vida é melhor”. Nota-se o avanço que sua condição de vida teve do período pré-assentamento ao momento camponês, denotando o quanto ter a terra aliviou o seu sofrimento, o quanto era um trabalhador explorado no meio rural paraibano.

Buscou-se compreender a importância de interligar a agroecologia à agricultura familiar, na prática dos assentados do Assentamento Dona Helena. Diante da relação entre agroecologia e agricultura familiar, perguntou-se se os assentados participantes da pesquisa

faziam agroecologia e quais eram os reais motivos para que levaram a aderir. A camponesa E. C. S. destacou que: “faço, por que trabalhar com veneno acaba com a saúde da gente e da terra”. Mostra-se uma importante preocupação dela para com a saúde de sua família, daqueles que consomem seus produtos agrícolas nas feiras agroecológicas, e da preservação da terra, dando ênfase a sua sustentabilidade.

Ainda sobre a agroecologia, a entrevistada F. F. M. disse que: “faço agroecologia por que o uso de venenos ofende a saúde. Se o vizinho usar, ofende também a gente”. Ressalta-se o lado da saúde por conta do caráter saudável que traz a produção nos padrões agroecológicos, bem como mostrou o caráter coletivo aonde quanto mais agricultores fizerem, melhor será para a saúde e a natureza.

Indagados sobre os principais desafios da realidade atual do Assentamento Dona Helena, sintetizamos para expor o debate através de três colocações que foram mais reluzentes e que traduzem de modo mais completo os problemas do assentamento em questão.

A agricultora camponesa E. C. S. disse que: “Água. Água para o consumo humano, animal, para a produção”. Este ainda é um problema a ser solucionado neste assentamento rural, haja vista que as formas de armazenamentos se dão através de cisternas, ou, quando se tem condições, perfuram poços artesianos. Mas, no geral, falta estabelecer uma estrutura hídrica através da Cagepa, por exemplo, que forneça adequadamente água para a comunidade.

Outra colocação que merece ser destacada é a de A. J. F. S., quando ele diz que: “Falta investimento para produzir e segurança pública”. Observa-se que ela é fundamental para entender os problemas reais da atualidade daquela comunidade camponesa por conta de expor que a falta de investimentos por parte do Estado dificulta a capacidade de produção dos agricultores, de um lado, e a insegurança que os assentados vem vivendo apresenta bastante receio, ou, até mesmo, medo por parte da população, deixando a vida camponesa com contornos de medo inter-relacionado ao clima de violência.

A afirmação do entrevistado L. S., traz outra perspectiva que contempla e sintetiza os principais problemas vividos na localidade onde fizemos pesquisa. Segundo ele: “A falta de máquinas para arar a terra e equipamentos agrícolas”. Este é um problema corrente na vida dos camponeses por conta de que se tivessem os instrumentos técnicos, mais capacidade de produção se teria para os assentados.

A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar é, de acordo com as pesquisas realizadas, organizada com base perguntas que tomam parâmetros temporais, tal qual permite fazer uma classificação que determina os tipos de insegurança alimentar presentes em determinada

realidade, que, neste caso, serviu para compreendermos a realidade camponesa do Assentamento Dona Helena.

Neste sentido, foi averiguado se no período dos últimos três meses do ano corrente (2018) os entrevistados encontraram dificuldade para conseguir manter a alimentação diária e, também, de suas respectivas famílias. O conjunto dos dados para o presente assunto mostrou distribuiu-se da seguinte forma (tabela 7).

Tabela 7: Dificuldade para manter alimentação nos últimos três meses de 2018.

Tiveram dificuldade	40%
Não tiveram dificuldade	60%
Total	100%

Fonte: Trabalho de campo, segundo semestre de 2018.

Para compreender a realidade apresentada pelo quantitativo que afirmou não ter passado nenhuma dificuldade quanto a suprir suas necessidades alimentares, tal circundou o percentual de 60%, pode-se dizer conforme Romeiro (1994) que a reforma agrária é um instrumentos político-econômico de inclusão social, isto por que resolve problemas sociais, como, por exemplo, a redução da pobreza, fome, miséria, para que deste jeito possa ser cumprido a função social da propriedade de modo a contribuir para que os assentados adquiram meios para sobreviverem com dignidade.

Mesmo o percentual dos entrevistados que não tiveram dificuldade para se alimentar nos últimos três meses de 2018 ter sido maior, é preocupante, dentro da amostra, a porcentagem de assentados que declararam ter tido dificuldade para com este assunto. Isto se deve tanto aos aspectos da baixa capacidade de produzir e suprir as necessidades mais básicas da vida, como, por exemplo, se alimentar, quanto a baixa quantidade de políticas públicas para subsidiar os assentamentos de reforma agrária e, direta e indiretamente, suprir as dificuldades quanto à alimentação (VEIGA, 2000).

Procurou-se saber se após os entrevistados estarem assentados a alimentação ficou mais variada. Obtivemos a informação que para 96,7% a resposta foi sim, contra 3,3% que declaram não. De forma quase que absoluta, teve-se uma variação na alimentação do público em questão com o advento de terem se tornado camponeses assentados, o que é positivo tanto para ele quanto para sua família.

Outro dado relevante, obtido ao longo da pesquisa de campo diz respeito a se no período que estão assentados estão tendo uma alimentação mais saudável, 96,7 % dos entrevistados alegaram que estão tendo uma alimentação saudável, o que é positivo para a saúde dos camponeses e de seus familiares.

Os alimentos enlatados ou industrializados estão dentro da realidade camponesa que eles fazem uso de outras fontes de alimentos e não apenas os oriundos da realidade camponesa. Quanto isto, pôde-se notar quantitativamente que 73,3% dos entrevistados não consomem alimentos dessa natureza, contra 26,7% que confirmaram consumir alimentos de origem industrializada. É evidente que o percentual de não consumidores de alimentos industrializados (enlatados) é um ponto positivo, pois mostra sua preferência por produtos naturais, mais saudáveis.

Com o intuito de saber o histórico dos participantes da pesquisa antes de serem assentados da reforma agrária, perguntou-se, para ser mais preciso, se eles chegaram a alguma vez por necessidades alimentícias. Sendo assim, 83,3% afirmaram que sim, contra 16,7% que disseram que não. Os entrevistados que alegaram que já passaram por dificuldade de se alimentar compõem um percentual enorme dentro da amostra, mostrando o quanto foi importante a “construção” do Assentamento Dona Helena nas suas vidas, haja vista todo o debate realizado por quê:

[...] as políticas agrícolas e agrárias têm importância estratégica no desenvolvimento econômico dos países e, em especial, nos programas direcionados para o combate à fome e pobreza. Os programas de assentamento e reforma agrária entrariam neste sentido, pois sua contribuição dar-se-ia através da oferta de alimentos e matérias-primas às populações beneficiadas ou circunvizinhas a eles (GASQUES, 2002, p. 28).

Verificou-se através da realidade empírica que ao lado da política agrária, a política agrícola ocupa papel fundamental num modelo de desenvolvimento onde se busque maior nível de renda familiar e equidade social, promovendo, inicialmente, a capacidade de produzir e de se alimentar por parte dos trabalhadores rurais em condição camponesa.

Quanto à importância da produção para alimentação de suas famílias, conforme a declaração dos participantes da pesquisa pudemos quantificar conforme a tabela 8:

Tabela 8: critérios de avaliação da importância da produção para alimentação familiar.

Muito importante	63,3%
Importante	36,6%
Não é importante	0%
Total	100%

Fonte: Trabalho de campo, segundo semestre de 2018.

De modo absoluto é perceptível que a produção agrícola realizada pelos camponeses entrevistados é importante (e muito importante) para alimentar seus núcleos familiares, haja

vista que não houve sequer um único declarante contrário. Deste modo, o conjunto de afirmações vai de encontro com o fato da política de implantação de assentamentos rurais serem compreendida tanto pelos impactos econômicos, como, por exemplo, a criação direta e indireta de empregos a baixo custo, aumento da oferta de alimentos e matéria-prima para o mercado interno; quanto pelos impactos sociais, tais como a melhoria da qualidade de vida para os assentados (GASQUES, 2002, p. 28).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do desdobramento da pesquisa, conseguimos observar a importância da produção de autoconsumo e os níveis de Segurança Alimentar encontrados na realidade do Assentamento Dona Helena, aonde fizemos uma correlação com as variáveis sócio demográficas presentes nas famílias entrevistadas, o que nos permitiu compreender com maior detalhe de análise o panorama de vida dos assentados que participaram da pesquisa.

Fazer uma análise concernente à importância da produção de alimentos para autoconsumo e os níveis de segurança alimentar através da literatura produzida com o fito de compreender se esta realidade está minimamente presente nas famílias de trabalhadores rurais assentadas em Dona Helena deu condição para validar o lado teórico dentro da realidade pesquisada e, ao mesmo tempo, de saber que teoria deve estar sempre inter-relacionada com a prática, sobretudo quando se trata de pesquisa de cunho científico-social, mais precisamente geográfico.

Pôde-se descrever quais foram as principais culturas agrícolas produzidas para autoconsumo pelos trabalhadores residentes do Assentamento Dona Helena, o que evidenciou que a agricultura familiar é majoritariamente a principal prática agrícola, mesmo com a presença da cana-de-açúcar estando substancialmente presente nesta comunidade rural.

Notou-se que não é unânime os índices de segurança e insegurança alimentar dentro da área rural pesquisada, isto tendo como parâmetro a Escala Brasileira de Segurança Alimentar (EBIA), conforme algumas perguntas que estiveram presentes no questionário. Entretanto, é válido destacar que a produção de autoconsumo realizada pelas famílias entrevistadas nesse assentamento localizado na zona rural de Cruz do Espírito Santo – PB foi percentualmente a maior parte, o que traz elementos que permitiram pensar a contradição dentro da realidade camponesa local.

Por sua vez, o movimento de camponeses que estabeleceram a formação do assentamento em questão foi importante por causa de ter desencadeado a desapropriação do latifúndio representado na fazenda Engenho Novo, produzindo uma reterritorialização camponesa através de outras bases sociais, políticas e culturais, sendo esta uma das causas mais importantes, pois se vê os agricultores na sua grande maioria satisfeitos com o seu presente e esperançosos com seu futuro. Porém, se os investimentos advierem por parte do Estado com maiores e melhores condições ajudarão muito para que os camponeses consigam cada vez mais ter padrões de vida rural mais satisfatório.

Quanto à caracterização dos entrevistados, torna-se importante avaliar que é preciso que a associação do Assentamento Dona Helena comece a pensar sobre a questão do envelhecimento da população camponesa que tem a propriedade dos lotes, isto numa perspectiva de como será organizada a reprodução social e econômica futuramente, para que esta comunidade rural não adentre num desequilíbrio capaz de esgarçar os momentos vindouros desta localidade.

Historicamente foi sendo constituída a formação do Assentamento em debate através das origens de procedência geográficas, evidenciando uma particularidade marcada pelo percentual de pessoas advindas da zona rural ter se sobreposto ao dos que vieram da área urbana, uma vez na sua maioria a composição dos assentamentos de reforma agrária é composta por indivíduos oriundos das cidades, os quais seguiram o fluxo do êxodo rural.

Concernente à caracterização da unidade produtiva, pôde-se perceber o quanto o Assentamento Dona Helena está estruturado, mostrando certa capacidade produtiva para gerar desenvolvimento social, não apresentando tanta discrepância social e financeira entre os assentados.

Mostrou-se, também, uma percepção positiva que eles têm com relação à terra, ao significado que ela tem em suas vidas. Isto reforça sua consciência camponesa, dando sentido de pertencimento e de gratidão por dela tirarem seus sustentos, ou seja, produzirem para alimentar suas famílias.

É positivo o fato dos agricultores entrevistados prezarem pela produção de gêneros agrícolas destinados para o consumo familiar, dando sentido a produção camponesa para satisfazer as necessidades alimentares, bem como se criando uma segurança alimentar capaz de evitar com que eles passem por problemas tão graves referentes à alimentação.

A noção que eles têm sobre segurança alimentar reflete, diretamente, o nível de compreensão que eles conseguiram ao longo da sua vivência no Assentamento Dona Helena, fazendo com eles se coloquem mais preparados tanto para produzir, quanto na compreensão do que produzem e sua importância dentro do conjunto familiar e da própria localidade rural.

REFERÊNCIAS

- A TARDE ONLINE: jornal de economia. 2010. Em: <http://atarde.uol.com.br/materias/imprimir/1319398>
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba e RS: Ed. Agropecuária, 2002.
- BARROS, Silvana. **O trabalhador rural diarista, sua proteção constitucional analisada conforme o disposto nos direitos fundamentais do homem, principalmente no tocante ao princípio da dignidade da pessoa humana**. Simpósio Internacional de Direito: Dimensões materiais e eficácias dos direitos fundamentais-DESCONTINUADO, v. 2, n. 2, p. 543-567, 2012.
- BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. **A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números**. Estudos avançados, v. 11, n. 31, p. 37-49, 1997.
- CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio: o caso de Cruz Alta/RS**. – 1.ed. – Buenos Aires: CLACSO, 2011
- CÁRITAS. **Plano de Desenvolvimento da Comunidade**. João Pessoa: 2001; 2002.
- CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA). **Conhecer para transformar: As políticas Públicas para Crianças e Adolescentes em Cruz do Espírito Santo – PB**. Relatório elaborado entre 2011/2012.
- CORRÊA, Ana Maria Segall. Insegurança alimentar medida a partir da percepção das pessoas. **Estudos Avançados**, 21 (60), 2007, pp. 143 – 154.
- CUENCA, Manuel Alberto Gutiérrez e MANDARINO, Diego Costa. **Novas fronteiras da atividade canaveira nos principais municípios produtores do estado do Rio Grande do Norte; 1990, 1995, 2000 e 2005**. – Aracajú: Embrapa, 2007.
- DE LOURDES, ZUQUIM, Maria. **Os caminhos do rural: uma questão agrária e ambiental**. Senac, 2007.
- DERRE, Carmen Diana. **Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira**. Estudos Feministas, v. 12, n. 1, p. 175, 2004.
- DI LORENZO, Ivanalda Dantas Nóbrega. **A construção da territorialidade no assentamento Dona Helena, Cruz do Espírito Santo – PB**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia do CCEN/UFPB, 2007.
- FAO/PRONAGER. **Memória**. Laboratório Organizacional de Terreno de Capacitação. 2002.
- FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena**. Revista Nera, n. 11, p. 61-80, 2012.
- FOLHA ONLINE, 2002. Em: <http://www.folha.uol.com.br/>

FONSECA, Márcia Batista da e VILAR, Bruno Lopes. **PERCEPÇÃO DOS GESTORES SUCROALCOOLEIROS DOS MUNICÍPIOS PARAIBANOS SOBRE O MERCADO DE MDL. 2009.** Em: http://portal.virtual.ufpb.br/biblioteca-virtual/files/percepcao_dos_gestores_sucroalcooleiros_dos_municipios_paraibanos_sobre_o_mercado_de_md1343918225.pdf

GANDÁSSEGUI FILHO, Marco A. **Vigência e debate em torno da teoria da dependência.** IN _____ MARTINS, Carlos Eduardo e VALENCIA, Adrián Sotelo. América Latina e os desafios da globalização. Rio de Janeiro: ED. PUC- Rio; São Paulo: Boitempo editorial, 2009.

GASQUES, José Garcia. **Políticas Específicas de Combate a Fome: Mudanças na Política Agrícola e o Papel da Agricultura.** In: **Combate à Fome e à Pobreza Rural.** Takagi, Maya et al. (Org). São Paulo: Instituto Cidadania, p.161-178, 2002.

Geográfica. In: ASSAD, Eduardo D. & SANO, Edson E. **Sistema de Informações Geográficas: Aplicações na Agricultura.** Brasília: SPI - EMBRAPA, 1998.

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e açúcares: política e economia na Capitania da Parayba, 1585-1630.** Edusc, 2007.

GUERRA, Antônio Teixeira. **Novo dicionário geológico-geomorfológico.** Rio de Janeiro, Ed: Bertrand Brasil, 1997.

HEIDRICH, Alvaro Luiz. **Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho.** Editora da Universidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

<http://www.pastoraldajuventude.com.br>. Acesso em 13 de agosto de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População, trabalho e rendimento. 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/cruz-do-espirito-santo/panorama>

JORNAL A UNIÃO. **Posseiros denunciam violência em fazenda.** João Pessoa, 28 abr. 1995, Caderno Policial, p.7.

KEPPLE, Anne Walleser; SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, p. 187-199, 2011.

KESSLER, Jean. **Prefácio.** IN _____ MARX, Karl. **Miséria da filosofia (1847).** Tradução: Torrieri Guimarães. Ed: Martin Claret. São Paulo, 2007.

LINS, Guilherme Gomes da Silveira d'. Avila. **Uma apreciação crítica do período colonial na História da Paraíba Lutas e Resistência.** João Pessoa: Filipéia, 2006.

MALUF, Renato Sérgio Jamil. **Segurança alimentar e nutricional.** São Paulo: Ed.Vozes, 2007.

MARCH, Aleida Guevara. **Queridos companheiros e companheiras do MST.** IN _____ Cadernos de Estudos ENFF. Volume 3: **O legado de Che Guevara.** São Paulo, 2007.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 4 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

- MASSIVA. **Cruz do Espírito Santo**, [s.n.], fev. mar. 2002.
- MEDEIROS, Cláudia B.& PIRES, Fátima. **Banco de dados e sistema de informação. Ambiente e sociedade**, v. 13, n. 1, p. 111-130, 2010.
- MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba: lutas e resistências**. João Pessoa, 2002.
- MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **A Ação Territorial de uma Igreja Radical: Teologia da Libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) Paraibana**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo – USP: 2007.
- MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. Geografia, **Teologia da Libertação e Ação Territorial da Igreja**. In: IV ENCONTRO DA ANPEGE. Fortaleza: UFCE, 2005.
- MOREIRA, Emília e TARGINO, Ivan. Zona da Mata paraibana: **Reestruturação produtiva do setor sucroalcooleiro, reforma agrária e paisagem rural**. Cadernos do LOGEPA, 2002/2003.
- MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1997.
- MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semiárido paraibano**. Revista Nera, n. 10, p. 72-93, 2012.
- NEVES, Delma Pessanha. **Assentamento rural: reforma agrária em migalhas**. Niterói: Eduff, v. 436, 1997.
- OLIVEIRA, Reinaldo Sobrinho de. **Anotações para a história da Paraíba**. Idéia, 2002.
- PACHECO, Iara Alves Cordeiro. **Trabalhador rural**. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, Campinas, SP, n. 4, p. 63-74, jan./jun. 1993.
- PAIXÃO, Maria Cristina Silva e FONSECA, Maria Batista da. **A produção do etanol de cana no estado da Paraíba: alternativas de sustentabilidade**. Revista “Desenvolvimento e Meio Ambiente”, n. 24, p. 171-184, jul./dez. 2011. Editora UFPR.
- PASTORAL da Juventude. **“A Carta de Sofia”**. 2007.
- PEIXOTO, Alexandre; GARCIA, Maria Franco. As novas territorialidades da reforma agrária na Paraíba: o assentamento rural de Dona Helena. 2006. Disponível em: http://www.ccen.ufpb.br/ppgg/contents/documentos/dissertacoes/ivanalda_dantas.pdf. Acesso em: 04/11/2018.
- POCHMANN, Márcio e CARDOSO Jr, José Celso. **Raízes da concentração de renda no Brasil: 1930-2000**. IPEA, 2000.
- ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Reforma agrária e distribuição de renda**. Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada – Vol. 4 Nº 7 Jul-Dez, 105-136, 1994.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o Território**. *GEOgraphia* – ano 1 – Numero 1, São Paulo, 1999.

SATOLO, Luiz Fernando e DHIEL, Daiane. **Aspectos nacionais e regionais do crescimento da produção de cana-de-açúcar**. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. 2008.

SOUZA, R. de et al. **A administração da fazenda**. São Paulo: Globo, 1995.

SOUZA, RVCC de; SANTANA, F. S.; SENA, MGC. **O acesso às inovações nos sistemas da agricultura familiar tradicional e em assentamentos da reforma agrária**. I Encontro da Rede de Estudos Rurais. Rio de Janeiro, 2006.

TARGINIO, I.; COUTO, A. I. **Política de crédito e endividamento dos trabalhadores assentados: o caso da Zona da Mata Paraibana**. In *Emancipação*, v. 7, 2007.

THOMAZ Jr, Antônio e OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. **A dinâmica territorial do capital agroindustrial canavieiro no Brasil e os impactos no trabalho e na produção de alimentos**. Artigo apresentado na “XII Jornada do trabalho”, Curitiba, 2011.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. **O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI**. *Campo-território: revista de geografia agrária*, v. 5, n. 10, 2010.

VARELA, Francisco. **A questão agrária nacional e assentamentos rurais na Paraíba**. Idéia, 2003.

VEIGA, José Eli da. **Pobreza Rural, Distribuição da Riqueza e Crescimento: a experiência brasileira**. *Distribuição de Riqueza e Crescimento Econômico*, p. 173, 2000.

ANEXO 1

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
 DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
 CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA
 Entrevista com assentados do PA Dona Helena – Cruz do Espírito Santo/PB

I – DADOS DO ENTREVISTADO

1. Nome: _____
2. Em que ano nasceu ou quantos anos tem? _____
3. Onde nasceu: _____
4. Já morava na propriedade antes do Assentamento? Sim Não
5. Se não, onde morava (município zona rural ou urbana) antes de vir morar aqui e em que trabalhava?

6. Se trabalhava na agricultura, trabalhava em que condição? (Parceiro (pagava o aluguel da terra com uma parte da produção), arrendatário (pagava o aluguel da terra em dinheiro ou com seu trabalho), assalariado, pequeno proprietário, posseiro, agregado, outro) _____
7. No caso do arrendatário ou pequeno rendeiro pagar a renda com trabalho, como era feito esse acordo com o proprietário? _____
8. O Senhor (a) Estudou: Sim Não
- 8.1 Se sim, até que série: _____
9. Quantas pessoas moram em sua propriedade: _____

II - CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE PRODUTIVA

1. Quantos hectares tem o lote? _____
2. Como é o tipo de solo do lote? _____ (ver se é bom ou ruim para a agricultura e porque)

3. Tem área sem solo só com rocha exposta: Sim Não
4. Como é a topografia do lote: toda plana ondulada tem área de baixio área de várzea cortada por riacho ou rio? Outro _____
5. Ordenamento territorial da unidade produtiva: levantar as benfeitorias existentes: coqueira galinheiro Barreiro barragem subterrânea depósito pocilga cerca silo curral açude eletricidade poço cisterna cacimba Outros: _____
6. Existe alguma parte da terra que não pode ser aproveitada? Sim Não
- 6.1 Se sim, porque não pode ser aproveitada?

10. O que a terra significa para o entrevistado?

III – A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO (no lote)

1. Quantos hectares da terra do lote são destinados ao cultivo de lavouras: _____
2. Hectares destinados à criação: _____
3. Quais as lavouras que cultiva: _____
4. Qual a mais importante: _____ 4.1 Por quê? _____
6. Em qual período do ano o(a) sr.(a) prepara a terra para o plantio? _____
7. Quantos hectares plantou com lavoura este ano? _____
8. Quantos hectares plantou com cada tipo de lavoura: _____
9. Quanto colheu de cada lavoura: _____
10. Qual o destino da produção: toda para o consumo parte para o consumo e parte para venda toda para a venda
- 11 – Onde é o principal local de venda (verificar se tem atravessador): _____

IV – SEGURANÇA ALIMENTAR

10 que você entende por “segurança alimentar”?

2 A Segurança Alimentar é importante para você?

Sim ()

Não ()

3 O que se faz para realizar a Segurança Alimentar de sua família?

4 Como avalia viver no assentamento?

5 No que se diferencia do período antes de estar assentado?

6 Você faz agroecologia? Se sim, quais os principais motivos de aderirem a Agroecologia?

7 Na sua opinião, quais os principais desafios da realidade local hoje no Assentamento Dona Helena?

8 No período dos últimos três meses você encontrou dificuldade para conseguir manter a alimentação diária de vocês, ou faltou, por exemplo, algum tipo de alimento na refeição?

Sim ()

Não ()

9 A alimentação da família ficou mais variada (mais variedades de carne, legumes, cereais) após estar assentada?

Sim ()

Não ()

10 Durante o período que você e sua família estão assentadas conseguiram ter e também manter uma alimentação saudável, sem ter de consumir alimentos com alto grau de agrotóxicos?

Sim ()

Não ()

11 – Vocês consomem alimentos enlatados e/ou industrializados?

Sim ()

Não ()

12 Antes de serem assentados de reforma agrária sua família chegou a passar alguma vez por necessidades para se alimentar?

a) Sim ()

b) Não ()

13 Qual a importância da sua produção para a alimentação de sua família.

a) () Muito importante, compro a menor parte em supermercado/feira;

b) () Importante, compro a maior parte em supermercado/feira;

c) () Não é importante, compro a maior parte em supermercado/feira;

d) () É importante, pois vendo minha produção e consigo dinheiro para comprar no supermercado.